

02 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA
PR tem 30 mil ordens de prisão em aberto

PR tem 30 mil ordens de prisão a cumprir

Levantamento do CNJ aponta que Estado é o campeão em número de mandados em aberto

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Um levantamento da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) feito a partir do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) mostra que, de 306.993 mandados de prisão expedidos pelos tribunais de Justiça de todo o País, 216.964 ainda aguardam cumprimento - 70% do total. Os que foram cumpridos somam 77.166, e os que tiveram o prazo expirado chegam a 12.863.

O Estado com maior número de mandados a serem cumpridos é o Paraná (30.216), seguido de Minas Gerais (29.955) e Goiás (21.568). Conforme os números repassados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) à Corregedoria, além dos mais de 30 mil que aguardam cumprimento, outros 5.895 já foram cumpridos e 1.783 tiveram o prazo expirado.

O BNMP reúne informações lançadas por tribunais estaduais e federais e foi criado a partir da Lei 12.403/11. O banco passou a ser alimentado a partir de junho de 2011. Conforme o CNJ, além de indicar o número de mandados de prisão cumpridos e a cumprir, o BNMP é também instrumento no auxílio à formulação da política criminal e penitenciária do País.

Órgãos

O TJPR informou, em nota oficial, que "se há vários mandados de prisão a serem cumpridos, significa que o Judiciário Paranaense está trabalhando bastante. É necessário dizer que é função da Polícia Civil e (da) Militar cumprir os mandados de prisão".

Além disso, o tribunal ressalta que nas Varas de Execuções do Estado, especialmente em Curitiba, por ordem do órgão e do CNJ, foram revisitos todos os processos antigos, que estavam aguardando a prescrição ou recaptura de réus foragidos.

"Muitos não tinham mandados expedidos ou tiveram as ordens devolvidas porque eram antigas. Os processos que não estavam prescritos ou que tinham mandados antigos foram refeitos e novamente devolvidos à Polícia para serem cumpridos", destacou a nota.

A assessoria da Polícia Civil informou que só vai se manifestar sobre o levantamento da Corregedoria Nacional de Justiça na segunda-feira, depois de analisar os números divulgados.

Ministério Público

O procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR) e coordenador estadual do Grupo Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gae-co), Leonir Battisti, destacou que seria preciso acompanhar mais detalhadamente todos os números antes de se fazer uma análise mais completa.

Ele ressalta que é necessário verificar se os mandados de prisão se referem a prisões definitivas ou prisões provisórias (temporárias ou preventivas). Temos uma grande fronteira e, em muitos casos, a pessoa comete um crime e foge para outro País. Neste caso o mandado fica em aberto. Ou mesmo um criminoso que pode ter o mandado solicitado pelo Judiciário paranaense, mas já retornou para seu Estado de origem. Outra hipótese é uma mesma pessoa ter mais de um mandado expedido contra ela. Enfim existe uma série de fatores que devem ser levados em conta no momento de explicar esta situação", destacou o promotor.

02 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Tecnologia a serviço da Justiça

6 *Não adianta
abrir vagas no
sistema prisional
se as existentes
são mal
administradas*

Um novo sistema informatizado que pretende dar mais agilidade às Varas de Execuções Penais (VEPs) pode colocar o Paraná como exemplo para o País. Trata-se da ferramenta Business Intelligence (BI), um banco de dados desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) que reúne dados da Secretaria Estadual de Justiça (Seju), Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) e Tribunal de Justiça (TJ).

A vantagem da ferramenta é justamente fornecer informações rápidas e corretas aos órgãos que devem organizar "a porta de saída" do sistema prisional. Segundo a secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, o BI vai possibilitar o monitoramento da lotação dos presídios e cadeias, entrada ou saída de presos, perfil dos encarcerados, informações sobre benefícios e término da pena.

Dessa maneira, deverá ser mais rápida a verificação daqueles que têm direito a indulto e comutação de pena e identificar quem poderá migrar para o regime semia-

berto. A proposta é que todos esses dados sejam mantidos e atualizados no sistema, com acompanhamento de juízes, promotores de Justiça e advogados de defesa.

Tudo isso é importante para diminuir a superlotação nas cadeias e presídios. Esta é a expectativa que o governo do Estado e a sociedade têm em relação à nova ferramenta desenvolvida pela Celepar. O sistema foi apresentado, esta semana, para os participantes do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça (Consej) que estiveram reunidos em Curitiba. Quase 6 mil pedidos de benefício de encarcerados estão hoje à espera de análise na Vara de Execuções Penais. Só em Londrina, são 700 solicitações aguardando julgamento.

Toda e qualquer proposta que promova a melhora e a segurança no ambiente carcerário e a defesa dos direitos humanos é bem-vinda. É sempre bom lembrar que não adianta abrir vagas no sistema prisional se as existentes são mal administradas.

02 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz multa ex-prefeito de Curitiba em quase R\$ 80 mil

Curitiba - Por ter usado serviço de telemarketing para divulgar obras da Prefeitura de Curitiba, Luciano Ducci (PSB) foi multado em R\$ 79,2 mil pela Justiça Estadual. O juiz Rodrigo Otávio Amaral, da 7ª Vara da Fazenda Pública, considerou inapropriada a contratação do serviço em período pré-eleitoral. Os telefonemas foram disparados em 2011, ano que antecedeu a candidatura do político à reeleição. Luciano Ducci era vice-prefeito de Curitiba desde 2004, e assumiu o comando da cidade quando Beto Richa (PSDB) venceu a eleição para o governo do Paraná, seis anos depois, em 2010. O magistrado recusou o argumento que se tratava de prestação de contas ao cidadão.

Classificando os telefonemas de "autopromoção política", Amaral determinou que a multa fosse do mesmo valor que a contratação do serviço. Para isso, o juiz decretou a nulidade do ato administrativo e o consequente ressarcimento ao município da despesa. Procurado pela reportagem, Luciano Ducci manifestou através de sua assessoria que ainda não foi notificado da decisão, e que tomará providências assim

que isso acontecer. FOLHA não teve acesso ao inteiro teor do processo.

Luciano ainda não retomou suas atividades políticas após a derrota na eleição em Curitiba, quando ficou de fora do segundo turno, disputado entre Gustavo Fruet (PDT) e Ratinho Júnior (PSC). Fruet agora é prefeito e Ratinho ocupa cargo de destaque no governo Beto Richa, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (Sedu), além de estar cotado para vice do tucano em 2014. Como se trata de uma decisão judicial dada em primeira instância, Ducci pode recorrer da multa.

MAZZA

Exemplo

O telemarketing, antes da eleição, rendeu a Luciano Ducci multa de R\$ 60 mil.

FOLHA DE LONDRINA

Em três anos, roubos e furtos despencam em Londrina

Governo estadual comemora números e promete mais avanços; OAB e Acil atribuem queda a cenário de pleno emprego

02 MAR 2013

Lúcio Flávio Moura

Reportagem Local

Londrina – Balanço do 5º Batalhão da Polícia Militar divulgado ontem mostra que a criminalidade sofreu uma drástica redução nos últimos três anos em Londrina. O número de roubos e furtos caiu 37,7% entre 2010 e 2012. Enquanto o total de furtos foi reduzido em 43,1%, o de roubos apresentou uma diminuição de 30,9%. Ainda assim, quase 4 mil ocorrências do gênero aconteceram no ano passado.

A queda foi uniforme e contempla todas as regiões da cidade. No entanto, a segurança na área central foi a que mais avançou. Na região mais movimentada da cidade, ocorreram 408 roubos em 2012, queda de 42,5% em relação a 2010, e 426 furtos, queda de 58,6% em três anos.

“Questão salarial, helicóptero, efetivo maior. Mais motivação, mais reconhecimento e mais comprometimento. Isso tudo que esta por trás destes números”, resumiu o comandante do batalhão, Samir Elias Geha.

Na outra unidade da PM em Londrina, a 4ª Companhia Independente, cuja área abrang

centes infratores apreendidos, que cresceu 156,9%. No total, foram notificados 334 adolescentes em 2012. Houve ainda um aumento de 224% no volume de crack apreendido.

Em 2013, os números da segurança pública da cidade seguem melhorando. Queda de 57% no número de homicídios, de 50% no número de veículos roubados e de 25% no número de roubos, além da queda de 2% no total de furtos.

Os índices positivos repercutiram entre os líderes da sociedade civil e do empresariado. “Acredito que uma série de fatores resultou nesta queda. Principalmente o emprego abundante na construção civil, que ocupa mão de obra da periferia”, avaliou Artur Piancastelli, presidente da subseção Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Há também uma melhora na qualidade do trabalho da PM e a instalação da Guarda Municipal.”

Marcelo Cardoso, diretor da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil) e coordenador do Núcleo de Segurança Pública da entidade, afirma que “as coisas vêm melhorando, mas ainda estão muito ruins”. “Nossa polícia ficou muito tempo abandonada, mas começamos a avançar. Hoje temos um comando coeso e a melhora na autoestima dos po-

liciais é um fato notável”, acrescentou Cardoso, que também ressaltou o desemprego baixo na cidade para explicar os índices carentes de crimes.

Em dois bairros, contudo, os moradores enxergam as estatísticas como algo distante da realidade. Na Vila Yara (zona leste), o número de furtos se multiplicou por quatro no triênio. A FOLHA percorreu o comércio e constatou que assaltos e arrombamentos fazem parte da rotina do bairro. Uma borracharia arrombada, uma padaria assaltada várias vezes, uma farmácia com um proprietário desanimado por tanta impunidade e um supermercado que gasta cada vez mais com vigilância.

Na Vila Brasil (área central), o clima de insegurança também predomina. No triênio, o número de roubos saltou de oito para 15. O de furtos de sete para 18. “Aqui muita gente não registra boletim de ocorrência porque sabe que não vai acontecer nada. Ninguém conta com a polícia para resolver o problema”, revela Agnaldo José Diniz, de 41 anos, dono de um açougue. “Já fui assaltado e sofri vários arrombamentos. Na última vez, poucos dias antes do Natal, levaram todo o meu estoque. Estou cansado de fazer reparos na porta. A última custou R\$ 680”, contou.

02 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça decreta prisão preventiva no caso Kiss

Porto Alegre – A Justiça do Rio Grande do Sul decretou ontem a prisão preventiva de quatro suspeitos presos após o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, em janeiro.

Estão detidos desde o dia seguinte à tragédia o vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo Jesus dos Santos, o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão, e dois sócios da casa noturna: Mauro Hoffmann e Elisandro Spohr. Os quatro permaneciam presos devido a uma ordem de prisão temporária, que vence já no próximo domingo. Morreram 239 pessoas por causa do incêndio.

Inquérito sobre UTI será concluído na segunda

Curitiba – A Polícia Civil informou ontem que o inquérito que investiga as mortes de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, será concluído e entregue ao Ministério Público na próxima segunda-feira. Em comunicado, ainda criticou profissionais que, "em razão da profissão, têm acesso ao inquérito e induzem os meios de comunicação divulgando em uma oportunidade a errata, para posteriormente divulgar a verdade contida nos autos". O órgão se refere à divulgação do áudio de trechos de interceptação telefônica feita durante a apuração do caso.

03 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Eleição no TJ 1

O parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera a eleição no Tribunal de Justiça, ampliando-a com a participação de todos os 120 desembargadores, será apresentado na segunda-feira. Essa é a data prometida pelo relator da matéria, deputado estadual Eiton Welter (PT). O documento será lido, às 11h30, na sala de reuniões da Presidência. Wilson Quintero (PSB) preside o colegiado que analisa a PEC.

Eleição no TJ 2

Antecipando uma eventual decisão dos deputados estaduais, na quinta-feira passada, por unanimidade de votos, a Comissão de Regimento Interno do Tribunal de Justiça (TJ) aprovou proposta do presidente do TJ, Clayton Camargo. Ele pedia a chancela da comissão para que todos os 120 desembargadores do tribunal sejam elegíveis para os cargos de direção do TJ, ao invés de só os 25 que compõem o Órgão Especial.

03 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Pró impunidade

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou em entrevista a correspondentes estrangeiros nesta semana que a mentalidade dos juizes brasileiros é "mais conservadora, pró status quo, pró impunidade". Enquanto isso, a mentalidade dos membros do Ministério Público é "rebelde, contra status quo", disse ele. A diferença entre as duas carreiras ocorre mesmo tendo juizes e procuradores salários semelhantes e passado por concursos públicos também parecidos. "As carreiras de um juiz ou de um procurador ou promotor de justiça são muito próximas", disse. "Umá vez que se ingresse em uma dessas carreiras, as mentalidades são absolutamente dispares", acrescentou.

Mentalidades diferentes

De acordo com o ministro, caberia ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que Barbosa também preside, promover a correção dessa diferença de mentalidades apontada por ele. Joaquim Barbosa era membro do Ministério Público antes de ser escolhido pelo ex-presidente Lula para integrar o Supremo Tribunal Federal. Durante o julgamento da ação penal do mensalão, os advogados de defesa afirmavam que Barbosa atuava mais como procurador do que como magistrado.

OPINIÃO DO LEITOR

País da impunidade

Os brasileiros que desejam uma nação moralizada se encantaram com a atuação do ministro Joaquim Barbosa e dos ministros decentes que o seguiram na condenação dos réus do mensalão. Também a brilhante atuação da ministra Eliana Calmon à frente do Conselho Nacional de Justiça demonstrou ser possível mudar a triste realidade deste país da impunidade. Mas será preciso muito mais "Barbosas" e outras tantas "Elianas" para começarmos a pensar num Brasil mais justo e mais sério. Estamos a anos luz das nações onde a Justiça é eficiente. Por exemplo, o brasileiro Breno Borges, jogador que atua no futebol da Alemanha, num momento de depressão, incendiou a sua própria residência. O fato ocorreu em setembro de 2011 e, mesmo não havendo vítimas, ele foi julgado e condenado em julho de 2012, saindo do tribunal diretamente para a cadeia. Já por aqui, o ex-futebolista Edmundo Souza Neto foi condenado a quatro anos e meio de prisão pela morte de três pessoas, em acidente de trânsito provocado por ele em 1995. O crime prescreveu e ele não cumpriu um dia sequer da penalização. A diferença é absurda. Aqui a impunidade é vergonhosa.

LUDINEI PICELLI (administrador de empresas) - Londrina

03 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Eleição hoje

Nove municípios, em quatro Estados, voltam às urnas hoje para eleger novos prefeitos. Nessas cidades, as eleições do ano passado foram anuladas porque os candidatos que conquistaram mais de 50% dos votos válidos tiveram o registro de candidatura negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em Santa Catarina, haverá eleições suplementares em quatro cidades: Balneário Rincão, Campo Erê, Criciúma e Tangará. No Rio Grande do Sul, em duas: Eugênio de Castro e Novo Hamburgo. Em Mato Grosso do Sul serão outras duas: Sidrolândia e Bonito. E, na Bahia, o município de Camamu terá novo pleito. Desde o início do ano, esses municípios vêm sendo governados interinamente pelos presidentes das câmaras de vereadores.

Calendário

Além das eleições deste domingo, já estão agendados novos pleitos em 14 municípios. O calendário das eleições suplementares foi aberto em 3 de fevereiro, quando os eleitores de Guarapari, no Espírito Santo, elegeram Orly Gomes da Silva (DEM) prefeito. Cabe aos TREs marcar novas eleições em seus respectivos Estados. Até agora, 25 eleições suplementares já foram agendadas.

INFORME

Voto feminino

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CE-DM) realizou, na semana passada, um evento comemorativo aos 81 anos de conquista do voto feminino. O objetivo era destacar a importância da Lei 17490, que institui o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no calendário oficial do Paraná. A atividade teve palestra da professora Maria Tarcisa, da UFPR, sobre os aspectos históricos do voto feminino. Ela reclamou da "baixa representação feminina nos espaços de poder", com o Brasil perdendo para países como o Paraguai. Exemplo de sucesso, diz ela, é a Argentina, onde as mulheres ocupam mais de 40% do parlamento.

03 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Tardia, mas válida

Justiça Eleitoral deveria ser mais rápida: o pretor, como o juiz de vôlei, de olho nas faltas, na condução, o toque na rede. Mas isso seria sumário demais, deixaria os advogados sem discurso. De qualquer forma, mesmo quando tardia, ela recompõe a ordem jurídico-formal violada como numa cirurgia. Isso se deu agora com a sentença do Tribunal Regional Eleitoral que multa o ex-prefeito, Luciano Ducci em R\$ 60 mil por uso do telemarketing antecipado.

Alguns desses gênios marqueteiros, que vicejam nos bastidores oficiais, devem ter tido a ideia miraculosa: a de botar o então prefeito, em mensagens gravadas e colóquias, a conversar, sem ser chamado, com os eleitores. Imaginem no telefone de quem uma delas caiu: justamente do jornalista, já falecido, Cândido Gomes Chagas, velho crítico dos burgomestres da praça. Candinho foi fundo: apurou o número dos três aparelhos que eram detectados no gravador (bina) e avisou os jornais.

Como os infratores achavam que o risco valia a pena não é de esperar-se que tenham agora, a decisão prolatada, algum tipo de arrependimento, de sensação de culpa, posto que a derrota eleitoral já fosse suficiente.

Culpa não punida

No histórico do Tribunal Regional Eleitoral nada há de mais grave do que o estelionato da primeira eleição de Requião no episódio Ferreirinha. O TRE cassou o mandato do governador, mas incidiu em falhas formais como a de não ter ouvido e atuado o vice-governador Mário Pereira, aí eregido na condição de "litisconsorte necessário", indispensável à investigação. Justamente o ganho de tempo em escapar do meirinho, mais incidentes processuais, tornaram inevitável o retorno de Requião ao Palácio Iguazu e a continuidade do pleno exercício do mandato por "perda de objeto". Quer dizer, embora a gravidade da lesão, tirou de letra e com isso a justiça perdeu a oportunidade de punir um dos maiores exemplos de farsa eleitoral e que exigiria, como no caso menor, ora atribuído ao telemarketing mal intencionado do ex-prefeito da Capital.

O exemplo vai além do registro da desonestidade, da burla, e de certa forma da jurisprudência estabelecida, todavia não corrige e nem alcança efeitos que provavelmente beneficiaram o infrator e que fizeram a alegria do aspo-ne idiota que se acredita um miraculoso alquimista eleitoral, autor da traquinagem, merecedor de ser condenado a espatifar sorvetes na testa até o fim dos tempos.

O tapetão

Vamos mal de amadurecimento cívico, tanto que marqueteiros e advogados, esses habilíssimos no tapetão, às vezes são mais relevantes que os candidatos e os seus respectivos programas, se é que existem. Há quem defenda a liberdade total no processo eleitoral e até a exclusão da Justiça especializada, o que é impossível num país em que mesmo depois do julgamento histórico do mensalão e a punição paradigmática dos mensaleiros assimila como normal a eleição dos atuais chefes do Senado e da Câmara Baixa e em plena vigência da Ficha Limpa, saudada como uma Lei Áurea nos costumes políticos.

O juiz tem que atuar no momento certo e no caso do telemarketing extemporâneo isso se deu em 2011 quando o titular da 7ª Vara da Fazenda Pública tirou de circulação o abuso, o que dá início ao procedimento que se complementaria, agora em fevereiro deste ano, com a pena estabelecida em multa. Chegaremos, a um tempo, em que o cartão amarelo de ontem, da advertência, será o vermelho da expulsão, pois um dia esse pecado não mais será venial como hoje.

04 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Gravidez em aviso prévio dá direito a estabilidade, diz TST

Decisão do Tribunal pode mudar o entendimento de juízes diante de casos semelhantes

Cada vez mais representativas no mercado, as mulheres têm conseguido fazer valer os seus direitos junto à Justiça do Trabalho e adquirido benefícios que antes não eram discutidos.

O mais recente ganho vem do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que decidiu, no início deste mês, que a gravidez ocorrida no período de aviso prévio, ainda que indenizado, garante à trabalhadora a estabilidade provisória no emprego. A decisão unânime da Terceira Turma do TST dá à gestante o direito ao pagamento dos salários e da indenização.

Em processo analisado pela Corte, uma enfermeira de São Paulo, que havia ficado grávida no período do aviso prévio, conseguiu o direito de receber os salários e demais benefícios correspondentes ao período da garantia provisória de emprego assegurados às gestantes.

De acordo com a Constituição Federal, o período de garantia provisória de emprego assegurado às mulheres grávidas é de cinco meses após o parto.

Embora ainda caiba recurso, essa decisão pode mudar o entendimento de juízes diante de casos semelhantes. "O TST é a instância máxima da área trabalhista e mesmo que exista decisão diferente em outras instâncias deve prevalecer esse entendimento", explica Elaine Cristina Soares, advogada especialista em direito do trabalho.

Súmula 244

Em setembro do ano passado, a súmula 244 que trata da estabilidade gestacional provisória também passou por uma alteração e gestantes que atuam em contrato por tempo determinado como em contratos de experiência, passaram a ter direito à estabilidade. "visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa".

Mas será que o aumento de benefícios para mulheres não pode fazer com que patrões prefiram contratar homens? Elaine argumenta que embora isso seja possível, a própria legislação trabalhista determina que não haja discriminação por causa de sexo. "A lei assegura ainda que, em caso de exame

admissional, a mulher não seja obrigada a fazer teste de gravidez justamente para que não exista barreira", comenta.

A advogada trabalhista Élide Braga também acrescenta que, caso ocorram várias decisões semelhantes de diferentes turmas do TST, a questão da estabilidade durante o aviso prévio pode vir a se tornar uma súmula. "A esperança é que isso ocorra para que toda e qualquer trabalhadora que se veja agredida em seu direito à estabilidade, por ter engravidado durante o período de aviso, não tenha que percorrer o caminho ainda que eficaz, lento da justiça", opina.

Para Élide, embora a decisão sinalize um avanço quanto a defesa dos interesses das mulheres no mercado de trabalho, ainda há muito a se fazer. "O que há são mulheres que se destacam mais por méritos próprios, porque são corajosas. Tudo que se consegue, primeiro a mulher faz e, somente após, o Estado vem e reconhece", argumenta.

CONTINUA

04 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Juíza vê que avanços ainda são poucos

CONTINUAÇÃO

A advogada vai além e afirma que para tornar as coisas mais igualitárias entre os trabalhadores, fazendo com que as mulheres sejam devidamente reconhecidas pelo seu trabalho há coisas mais importantes que somente leis. "Existe lei que proíbe discriminação, existe lei que não permite desigualdade salarial para a mesma função, mas falta à Justiça cérebro, sensibilidade e envolvimento pessoal para perceber quando isso ocorre e corrigir."

Vivemos um período de mudança com a mulher sendo cada vez mais reconhecida na sociedade e, principalmente, no âmbito do mercado de trabalho. É assim que a juíza titular da 4ª Vara do Trabalho de Londrina, Ziula Cristina da Silveira Sbroglio analisa a realidade feminina. "As mulheres estão conquistando espaço no mercado de trabalho e cargos importantes. Já temos até uma presidenta da república e outras mulheres em postos que antes eram ocupados basicamente por homens", avalia.

Apesar da constatação positiva, ela reconhece que ainda há muito preconceito com relação ao sexo feminino, e isso reflete em ganhos salariais menores, discriminação e até mesmo assédio no ambiente de trabalho.

Embora defenda que não há como igualar as coisas entre homens e mulheres - devido as diferentes características existentes entre os sexos - a juíza aponta a necessidade de uma mudança de cultura onde a figura feminina passe a ser mais compreendida e respeitada, "à medida que a cultura machista vai se diluindo e os homens começam a dividir as tarefas domésticas e a educação dos filhos. Alguns já tem essa mentalidade, mas muitos ainda precisam exercitar este novo pensamento".

Ziula não acredita que o novo entendimento do TST vai dificultar a entrada ou a manutenção da mulher no mercado de trabalho. Isto porque os custos com as gestantes recaem mais sobre a Previdência Social do que no empregador.

04 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputados debatem eleições no Judiciário

O parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera Constituição Estadual, prevendo alteração no sistema de escolha do presidente e demais dirigentes do Tribunal de Justiça com a participação de todos os 120 desembargadores, será apresentado hoje pelo relator da matéria, deputado Elton Welter (PT). A Comissão Especial é presidida pelo deputado Wilson Quinzeiro (PSB).

Segundo o texto constitucional em vigor, apenas os 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça podem definir a cúpula diretiva daquele Poder. Mas, como salientou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), a iniciativa de modificar a Constituição pretende ampliar a participação dos magistrados no processo eleitoral interno.

"Eu defendo a PEC. Na minha opinião, todos os

desembargadores devem ter as mesmas condições de participar da eleição. Mais de 100 desembargadores se manifestaram favoravelmente à mudança", afirmou o chefe do Legislativo estadual.



Elton Welter foi o relator da proposta que emenda a Constituição Estadual.

Notas políticas

Telemarketing

O ex-prefeito de Curitiba Luciano Ducci (PSB) foi condenado pela Justiça a ressarcir a Prefeitura de Curitiba em cerca de R\$ 80 mil. A decisão do juiz Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral é referente ao uso de telemarketing oficial e do site da Prefeitura em benefício eleitoral pessoal de Ducci. As ações que constam no processo são de 2011, um ano antes do então prefeito concorrer à reeleição. A sentença é de 1º grau e cabe recurso.

04 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Juízes criticam Joaquim Barbosa

Entidades que representam magistrados divulgam nota

Em momento de grande tensão entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e setores da magistratura, as três maiores entidades de juízes do país (AMB, Ajufe, e Anamatra) afirmaram por meio de uma nota oficial que ele vive uma situação de “isolacionismo” e “parte do pressuposto de ser o único detentor da verdade”. O texto rebate críticas de Barbosa a juízes, entre elas a de que os magistrados têm mentalidade “pró impunidade”. Segundo a nota, as declarações mostram “a forma preconceituosa, generalista, superficial e, sobretudo, desrespeitosa com que o ministro Barbosa enxerga os membros do Poder Judiciário brasileiro”. De acordo com o texto, as associações “não têm sido ouvidas [por Barbosa]” e “a violência simbólica das palavras do ministro acendem o aviso de alerta contra eventuais tentativas de se diminuir a liberdade e a independência da magistratura brasileira. A sociedade não pode aceitar isso”.

02 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Médica matou marido na UTI em 2006, diz ex-colega à polícia

Mulher que fez a denúncia em depoimento não teve identidade revelada e disse que trabalhou com a acusada

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO
CURITIBA

A médica Virgínia Soares de Souza, chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), presa em 19 de fevereiro sob a acusação de colaborar na morte de pacientes, também foi acusada, no dia 24, de ter desligado o aparelho que mantinha vivo o então marido e ex-chefe da UTI, Nelson Mozachi. A denúncia consta do processo oficial, ao qual o Estado teve acesso.

“Ela desligou o oxigênio do próprio marido que estava internado e veio a falecer”, diz um dos depoimentos. A autora, que não é identificada na denúncia, teria trabalhado com a médica em 2006, ano da morte de Mozachi, que sofria de câncer do intestino e tinha problemas cardíacos.

Segundo o advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad, trata-se de “mais uma acusação caluniosa”. “Esse tipo de crime é muito grave e não se prova com uma denúncia. Isso é um falso testemunho, uma acusação caluniosa e essa pessoa terá de provar o que está dizendo”, afirmou ontem.

O outro ex-marido de Virgínia Soares, o médico cardiologista Nelson Marcelino, também desqualificou a acusação. “Não há como um leigo saber como se

usa ou que critérios são adotados para se usar o oxigênio na UTI. Como uma pessoa pode avaliar, analisar de forma científica, o uso maior ou menor desse oxigênio? Isso é uma idiotice, é algo sem fundamento”, afirmou.

O depoimento da testemunha ocorreu na delegacia do Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), às 20 horas. No documento oficial, a chefe da UTI ainda é ligada à prática de eutanásia de forma rotineira. “No dia em que ela mandava ‘lavar e fazer limpeza geral’, podia saber: logo começavam a descer cadáveres do quarto andar.”

Na próxima segunda-feira, a delegada Paula Brisola, do Nucrisa, pretende entregar o inquérito, com cerca de mil páginas, segundo informou a polícia ao Ministério Público do Paraná. As investigações tiveram início em março do ano passado, após cinco ligações feitas anonimamente para a Ouvidoria do Estado.

Em seguida, as reclamações foram encaminhadas ao MP e o Nucrisa assumiu as investigações. Essa investigação foi feita com base em denúncias de pessoas que trabalharam na UTI e nos depoimentos de familiares de pacientes mortos na UTI, além do uso de interceptações telefônicas (32 horas de conversas) com autorização judicial. Há ainda cinco prontuários de pessoas mortas entre 24 e 28 de janeiro.

Procurada para comentar as denúncias, a polícia alegou que não terminou as investigações. O MP não vai se pronunciar.

Prisão. Virgínia segue presa na Penitenciária Feminina de Piranguara, na Grande Curitiba. Quatro colegas dela estão detidos no Centro de Triagem, na capital paranaense.

CONTINUA

02 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PONTOS-CHAVE

Virgínia atuava no hospital havia 25 anos

● Investigação

Indiciada por homicídio qualificado, Virgínia era investigada desde o ano passado – a médica atuava no hospital desde 1988 e chefiava a UTI desde 2006.

● Carta

Virgínia (foto) se defendeu por meio de carta, no dia 22. "Não está provada nem sequer a existência do fato, quanto mais a materialidade de qualquer crime."



● Gravações

No dia 26, o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, Kiyoshi Hattanda, qualificou as gravações como "estorrecedoras".

Defesa quer retirar áudio do inquérito

● O erro em um trecho da transcrição telefônica feita pela polícia vai fazer com que a defesa da médica Virgínia de Souza peça a retirada do áudio do inquérito. No documento, a palavra "raciocinar" da frase "nós estamos com a cabeça bem tranquila pra raciocinar", dita por ela, foi transcrita como "assassinar". "Isso iniciou a demonização dela e fere a lei", disse o advogado da médica, Elias Assad. "Ficou demonstrada imperícia. Também quero saber a especialização dessas pessoas que acompanham o inquérito."

Além disso, diz Assad, há erros de interpretação. "O tom em que ela cita ser o 'trampolim para o céu' é feito de forma piedosa. Eu também posso afirmar que sou o trampolim da prisão para a liberdade, pois sou advogado. Há erros de interpretações e ficarão provados."

Ontem, Assad mostrou as fichas médicas de cinco pacientes que morreram no hospital (Ivo Spitzner, Paulo José da Silva, Pedro Henrique Nascimento, André Luis Faustino e Luiz Antônio Propst). O objetivo, segundo ele, é pedir um parecer de médicos intensivistas sobre os prontuários

02 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Uma previsão auspiciosa

É auspiciosa a previsão de que, no que depender do Supremo Tribunal Federal (STF), as sentenças a que 25 réus do mensalão foram condenados começarão a ser cumpridas até julho. Mas chamam ainda mais a atenção as duras críticas feitas pelo ministro Joaquim Barbosa à “frouxidão” do sistema penal brasileiro e ao estado “caótico” do sistema prisional, durante entrevista concedida a correspondentes estrangeiros.

A previsão de que os mandados de prisão dos mensaleiros condenados deverão ser expedidos até julho é auspiciosa porque o julgamento da Ação Penal 470, que mobilizou a opinião pública nacional, teve o dom de, em grande medida, restabelecer a confiança dos brasileiros em pelo menos um dos Três Poderes da República. Mas esse sentimento de que a Suprema Corte deu um grande passo para acabar com a impunidade dos poderosos já começa a se dissipar, diante dos indícios de que as abundantes brechas do nosso sistema processual penal permitiriam jogar para um futuro imprevisível o cumprimento das penas. Muitos já apostam, por exemplo, que os deputados federais condenados terão tempo suficiente para chegar ao fim de seus mandatos, daqui a quase dois anos. Ou seja: os poderosos continuariam a ser beneficiados por um sistema penal que só costuma ser rigoroso com os mais comuns dos cidadãos. É bom saber, portanto, que o presidente do STF não pretende frustrar as expectativas de quem acreditou no poder da Justiça.

Joaquim Barbosa colocou o dedo na ferida: “O sistema penal é muito frouxo. É totalmente pró-réu, pró-criminalidade. É um absurdo”. E previu: “Essas sentenças que o Supremo proferiu de dez, de doze anos, no final, elas se converterão em dois anos, dois anos e pouco de prisão, porque há vários mecanismos para

reduzir a pena”. Da mesma forma que fizeram ao longo de todo o julgamento do mensalão, com toda certeza os interessados em desqualificar a decisão histórica do STF voltarão a acusar o agora presidente da Corte de conspirar contra as garantias constitucionais do cidadão, por ser pouco tolerante com as manobras procrastinatórias do processo penal e preconizar sistema mais rigoroso. O relator do mensalão deverá continuar sofrendo marcação cerrada dos “garantistas” de conveniência.

Mas é exatamente a frouxidão a que Barbosa se refere que permite ao deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO), condenado pelo STF em outubro de 2010, a mais de 13 anos de prisão, por peculato e formação de quadrilha, continuar em liberdade quase dois anos e meio depois de ter sido sentenciado. Em janeiro o próprio Joaquim Barbosa, já presidente do Supremo, foi obrigado a indeferir o pedido de expedição do mandado de prisão de Donadon feito pela Procuradoria-Geral da República porque ainda não se havia cumprido todo o rito processual.

Por outro lado, faz parte desse contexto a precariedade do sistema prisional, que Barbosa definiu, com toda razão, como “caótico”. Até o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fez pesadas críticas ao “inferno” representado pela perspectiva do cumprimento de uma pena privativa da liberdade no Brasil. Essa precariedade, explicou o presidente do STF aos jornalistas estrangeiros, é usada como argumento “para afrouxar ainda mais o sistema penal”. A superpopulação dos presídios e cadeias públicas proporciona um verdadeiro circo de horrores que alimenta quase que diariamente o noticiário televisivo. Tudo isso pesa para aumentar a pressão dos que defendem um sistema penal mais leniente, baseado na lógica absurda de que uma maneira de diminuir a superpopulação carcerária é deixar mais criminosos em liberdade.

Quanto à intenção manifestada por Joaquim Barbosa de cumprir todas as etapas do rito processual da Ação Penal 470 até o fim deste semestre, de modo que os responsáveis pelo mensalão comecem a cumprir suas penas já a partir de julho, é conveniente lembrar que uma dessas etapas – aliás, a próxima – é a publicação do acórdão condenatório, que depende de que todos os ministros que atuaram no caso entreguem seus votos, inevitavelmente longos. Ou seja, ficará a critério de cada um colaborar, ou não, para o cumprimento da previsão do presidente Joaquim Barbosa.

02 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Prisões em julho 'é otimismo', diz Marco Aurélio

Ministro questiona prazo de Barbosa para que condenados do mensalão cumpram suas penas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello questionou ontem a previsão do presidente da Corte, Joaquim Barbosa, de executar as penas do mensalão até 1º de julho. “É uma visão, um prognóstico um pouco otimista”, disse Mello, que costuma protagonizar polêmicas com Barbosa. “Torcemos para que realmente seja correta”, completou.

Se forem tomados como base julgamentos de ações penais mais simples do que a do mensalão, a execução poderá demorar anos. Condenado pelo STF em 2010 a 13 anos, 4 meses e 10 dias por formação de quadrilha e peculato, o deputado federal Natan Donadon, por exemplo, ainda não foi preso e continua a exercer normalmente o seu mandato no Congresso Nacional.

No caso do julgamento do mensalão, concluído em dezembro, são 25 condenados por uma série de crimes. Estão na lista o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, a banqueira Kátia Rabello, do Rural, e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Ao menos 13 condenados poderão enfrentar regime fechado de prisão por terem amargado pena superior a oito anos.

Para encerrar a ação do mensalão e determinar a prisão dos réus, o STF ainda precisa cumprir uma série de etapas no processo. Cinco ministros que participaram do julgamento ainda não liberaram seus votos para publicação. A decisão somente poderá ser publicada oficialmente quan-

do todos os votos estiverem disponíveis. Não há previsão de quando isso ocorrerá, mas os ministros Ricardo Lewandowski e Celso de Mello avisaram que deverão terminar o trabalho de revisão de votos até o fim de março.

Depois da publicação da decisão, que, conforme previsões otimistas, deverá ocorrer em abril, será aberto um prazo de cinco dias para que os condenados apresentem recursos. Em seguida, o relator terá de preparar o processo para analisar os recursos no plenário. Não há estimativas sobre quanto tempo será consumido com a análise dos recursos, mas o tribunal gastou 4 meses e meio para julgar o processo do mensalão e condenar 25 réus.

Após o julgamento dos recursos, a decisão terá de ser publicada e eventualmente os réus poderão entrar com novos recursos. De acordo com integrantes e assessores do Supremo, a decisão somente será executada até julho, como estima Joaquim Barbosa, se houver uma mudança na jurisprudência da Corte.

A jurisprudência atual determina que as prisões somente poderão ocorrer após o trânsito em julgado. Segundo integrantes da Corte ouvidos em conversas informais pelo Estado, “não haverá trânsito em julgado até lá.”

Novos membros. Há uma preocupação extra. Os recursos serão analisados por uma composição diferente da que julgou o processo do mensalão em 2012.

Dois ministros aposentaram-se: Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto. Teori Zavascki assumiu a cadeira de Peluso. O sucessor de Ayres Britto ainda não foi indicado pela presidente Dilma Rousseff. Em tese, um ministro que não participou do julgamento poderá votar de forma diferente do integrante do tribunal que ele sucedeu. Esse poderá ser um fator a mais a complicar o desfecho do processo do mensalão.

Indignação para manter o sonho

Manifesto assinado por milhões de pessoas indignadas exige o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado até o término do processo em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). Em contundente artigo neste jornal, Roberto DaMatta, desolado em face da eleição de Renan, pensa em pegar o chapéu, deixar-se tomar pela depressão e desistir de sonhar.

O reclamo contra essa eleição suscita questão prévia relevante: a presunção de inocência, inscrita na Constituição como direito fundamental. Diz o inciso LVII do artigo 5.º: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Assim, se pendente algum recurso, deve-se presumir não ser o condenado culpado, pois pode ainda ser absolvido.

Segundo Magalhães Gomes Filho, a presunção de inocência leva a rejeitar a avaliação apriorística da culpabilidade, cujo reconhecimento exige a existência de processo justo, com igualdade de armas entre acusação e defesa e decisão definitiva. No entanto, a Lei da Ficha Limpa determinou a perda da elegibilidade em vista de condenação por crimes contra a administração, falsidade, lavagem de dinheiro ou por infração à probidade administrativa, mesmo sem trânsito em julgado, desde que haja decisão de tribunal. O STF, por provocação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), considerou a lei constitucional, entendendo não se violar a presunção de inocência, em vista do disposto no artigo 14, § 9.º, da Constituição, segundo o qual a lei estabelecerá

As exigências postas ao homem público são maiores do que ao ‘homem comum’

casos de inelegibilidade a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato.

Assim, entendeu o STF que o exercício do *ius honorum* (direito de concorrer a cargos eletivos) pode ser limitado em face de decisão condenatória de tribunal, mesmo não transitada em julgado, pois diz respeito a fatos de elevadíssima carga de reprovabilidade social que não se compadecem com a pretensão de representar o povo, sendo razoável restringir o direito de ser eleito. Ponderou-se que as exigências postas ao homem público são maiores do que as apresentadas ao “homem comum”.

Renan Calheiros, presidente do Senado, foi denunciado perante o STF por crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso, tendo em vista o desvio de verba parlamentar e a produção de documentos inverídicos sobre o rendimento de sua fazenda, justificadores de recursos para pagamento de pensão a Mônica Veloso. A denúncia não foi ainda recebida.

Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados, foi condenado em primeira instância no Rio Grande do Norte por ter feito, como secretário de Estado, promoção pessoal com verbas públicas. Aguarda-se julgamento no tribunal. É acusado também na 16.ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, de posuir dinheiro no estrangeiro. Surgiu recentemente a revelação de ter havido desvio de verba parlamentar, fato passível de apreciação pelo STF.

Ambos os presidentes, não condenados por órgão colegiado, restam inatingidos pela Lei da Ficha Limpa. A questão, portanto, de assumirem a chefia do Legislativo nacional e eventualmente a Presidência da República não encontra óbice no campo jurídico, e sim no plano moral. Cumpre ao chefe de um Poder da República ter autoridade moral para impor a probidade administrativa, a firme limitação do abuso do poder, a atuação contínua com vista apenas ao interesse público por todos os servidores, sendo tarefa essencial do Legislativo fiscalizar em favor do mais rigoroso respeito à moralidade na administração pública.

Mesmo sem condenação em tribunal por crimes de peculato e falsidade ou por improbidade administrativa, como podem os presidentes do Senado e da Câmara ter autoridade, força moral incontestável, respeitabilidade na vida pregressa para exigir correção dos parlamentares, dos funcionários das Casas que presidem e dos servidores de toda a administração federal? Surgem outras evidentes hipóteses de conflito de interesses: que liberdade o presidente do Senado e o da Câmara têm para confrontar o STF, que os julgará, em disputa sobre âmbito de competência entre os Poderes Legislativo e Judiciário? Possíveis são, também, divergências acerca da perda de mandato de parlamentares, bem como da atuação das CPIs ou da admissibilidade de medidas provisórias.

CONTINUA

02 MAR 2013
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

É estranho Renan Calheiros conduzir o Senado na votação do projeto de Código Penal (CP) que descriminaliza as figuras menos graves do peculato por erro de outrem e do peculato culposo (artigo 312, § 2.º, e 313 do CP), para as quais sua defesa pode pedir a desclassificação do peculato (artigo 312, *caput*), pelo qual é processado. Se houver desclassificação, aprovado o projeto de código, ficará impune. Pode Renan presidir a apreciação do projeto de Código Penal em que se elimina a pena de multa para o crime de falsidade ideológica, que lhe é imputado?

O aspecto moral, sem dúvida, prepondera: como educar um jovem, punindo o uso do dinheiro destinado ao material escolar em aposta de joguinho eletrônico, se quem é acusado de desviar verba parlamentar é eleito para presidir as Casas dos representantes do povo?

Não se imagina que Renan e Alves, em ato de grandeza, renunciem a seus postos, até o término dos processos, para só exercerem a presidência de suas Casas sem que lhes paire sobre a cabeça nenhuma suspeita. Assim, como esforço pedagógico resta apenas aos setores conscientes da sociedade manifestar seu inconformismo e às entidades garantes da democracia, como a OAB, líder da campanha da Ficha Limpa, protestar com alarde, mesmo que o presidente da Ordem seja réu em ação de improbidade e investigado por eventual irregularidade junto ao tribunal do Piauí (revista *Exame* de 12/6/2008).

Só a indignação evita a depressão, impede que se pegue o chapéu e se deixe de sonhar.

●
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

02 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça Federal condena Ziraldo por improbidade

O cartunista Ziraldo foi condenado nesta semana por improbidade administrativa, por receber indevidamente verbas do Ministério do Turismo no valor de R\$ 200 mil para organizar o 3.º Festival Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu, realizado em 2005 em Foz do Iguaçu (PR).

A Justiça Federal determinou que o artista, ao lado ex-prefeito da cidade, Paulo Mac Donald (PDT), e do presidente do festival, Rogério Bonato, devolva tudo em valores corrigidos – cerca de R\$ 290 mil. O cartunista recorrerá da decisão.

O juiz Diego Viegas Véras afirmou que o pagamento foi ilegal pois não havia contrato assinado. Segundo Véras, o preço do serviço também foi elevado de R\$ 135 mil para R\$ 200 mil sem justificativa e o plano de trabalho apresentado era falso.

O advogado de Ziraldo, Francisco Zardo, argumenta que o contrato não era necessário, pois a descrição dos serviços estaria em convênio firmado com a prefeitura. Segundo ele, Ziraldo era a “alma” do festival e seu serviço consistia em “trazer os jurados, organizar a exposição, desenvolver logotipos e atrair público e mídia”

SANTA MARIA

Acusados têm prisão preventiva decretada

O juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1.ª Vara Criminal de Santa Maria, revogou ontem a prisão temporária e decretou a prisão preventiva dos quatro acusados pelo incêndio da boate Kiss, em 27 de janeiro, que matou 239 pessoas. O juiz atendeu a pedido feito pela Polícia Civil na quinta-feira. Elissandro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, sócios do estabelecimento, e Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, da banda Gurizada Fandangueira, já estão na Penitenciária de Santa Maria há um mês.

03 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Democracia subsidiada. Essa soma de recursos, corrigida pela inflação, refere-se à isenção fiscal concedida para que programas das siglas e horário eleitoral gratuito fossem veiculados e também à verba que o governo federal injetou no Fundo Partidário no período

Em uma década, País pagou R\$ 6,8 bi para fundo e propaganda de partidos

O custo dos partidos para os cofres públicos atingiu a marca de R\$ 6,8 bilhões em dez anos, entre 2003 e 2012, com valores corrigidos pela inflação. A soma leva em conta o que deixa de entrar no caixa do governo, como subsídio para a propaganda partidária e eleitoral, e os desembolsos do Orçamento Geral da União para o Fundo Partidário. O custo das legendas em uma década equivale a sete vezes o valor da reforma do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo.

O programa de dez minutos que o PMDB exibiu na quinta-feira em rede nacional de rádio e televisão, por exemplo, custou R\$ 2,1 milhões para o conjunto dos contribuintes brasileiros. Só os 43 segundos que o peemedebista Renan Calheiros (AL) utilizou para destacar sua “vontade de acertar” na Presidência do Senado, cargo para o qual foi eleito neste ano, representaram um baque de R\$ 152 mil nos cofres públicos.

Gratuito para as legendas, o tempo de propaganda partidária é pago pelo governo federal na forma de isenção de impostos para as emissoras de rádio e televisão. As 23 horas e 20 minutos que 15 partidos vão ocupar nas redes em 2013, sempre em horário nobre, significarão R\$ 296 milhões em impostos que as emissoras deixarão de pagar, segundo relatório da Receita Federal.

No ano passado, por causa das eleições, a conta da isenção fiscal chegou a R\$ 606 milhões.

Tendência. A despesa pública com os partidos é crescente. Entre as eleições presidenciais de 2002 e 2010, por exemplo, subiu 210% acima da inflação (tendo como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), passando de R\$ 370 milhões para R\$ 1,15 bilhão.

Um dos motivos desse fenômeno é a elevação dos custos da publicidade comercial – é com base neles que a Receita calcula o benefício fiscal concedido a cada emissora de rádio e TV.

Ao final de 2013, a propaganda dos partidos terá invadido o rádio e a televisão em 59 noites, sempre às quintas-feiras, na forma de programas de cinco ou dez minutos. Além disso, em anos não eleitorais, os maiores partidos têm direito a 20 minutos por semestre distribuídos em inserções de 30 segundos ou um minuto. Um espectador que assista à TV todas as noites terá sido bombardeado com cerca de 1.400 minutos de propaganda ao final de um ano.

O subsídio para que os partidos façam propaganda de si próprios é indireto – as legendas nem sequer tomam conhecimento das quantias envolvidas. Com o Fundo Partidário, é diferente: o dinheiro vai diretamente para os cofres dos beneficiados, todos os meses.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 MAR 2013

Verba direta. Também nesse caso, os custos estão em ascensão. Até 2010, a dotação orçamentária era reajustada ano a ano com base na inflação e na evolução do número de eleitores – um crescimento suave, portanto. Em 2011, porém, ocorreu um salto – um acréscimo brusco de R\$ 100 milhões, aprovado por unanimidade pela Comissão Mista de Orçamento.

Com a manobra, os partidos conseguiram uma fonte extra de recursos para ajudar a quitar dívidas da corrida eleitoral de 2010. “Muita gente saiu devendo da campanha”, disse, na época, o ex-deputado Saulo Queiroz, então tesoureiro do DEM.

A elevação excepcional de recursos para o fundo acabou virando regra – aconteceu também no ano passado e será incorporada ao Orçamento de 2013 quando ele for votado no plenário do Congresso (*leia texto na página A6*).

Desproporção. Com as dotações do Fundo Partidário e a divisão do tempo de propaganda partidária e eleitoral, o *Estado Dados* calculou o custo aproximado de cada legenda para os cofres públicos em 2012 (*veja quadro ao lado*).

Os partidos maiores, como PT, PMDB e PSDB, ficaram com as fatias mais expressivas – do “bolo” de R\$ 892 milhões, levaram R\$ 134 milhões, R\$ 112 milhões e R\$ 88 milhões, respectivamente. Isso acontece porque tanto o Fundo Partidário quanto o tempo de propaganda são distribuídos com base no porte das legendas – são levados em conta a votação para a Câmara e o número de deputados eleitos.

Mas o critério proporcional não é o único aplicado. No caso do Fundo Partidário, 5% dos recursos são distribuídos igualmente entre todos os partidos. Na propaganda eleitoral, 1/3 do tempo é repartido da mesma forma entre todas as legendas que lançam candidatos.

Na propaganda partidária, um partido “nanico” como o PRB tem direito à metade do tempo do PMDB, por exemplo. Com isso, os pequenos partidos acabam recebendo benefícios desproporcionais a seu desempenho nas urnas.

O PCO, por exemplo, não elegeu nenhum prefeito e nenhum vereador em 2012, mas teve um custo de R\$ 1,7 milhão para os cofres públicos.

O PSOL, que elegeu apenas dois prefeitos, custou R\$ 30,6 milhões, enquanto o PSB, que conquistou 440 prefeituras, teve custo de R\$ 57,2 milhões.

“O Legislativo criou instrumentos para limitar a proliferação de partidos, mas a Justiça acabou com a cláusula de barreira”

Humberto Dantas, cientista político

CONTINUA

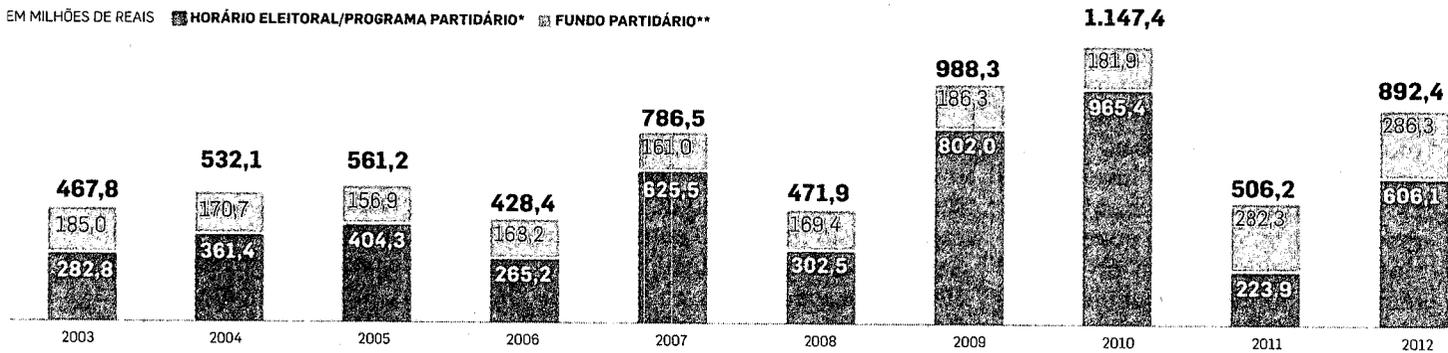
CONTINUAÇÃO

EVOLUÇÃO DO CUSTO DOS PARTIDOS

O ESTADO DE S. PAULO

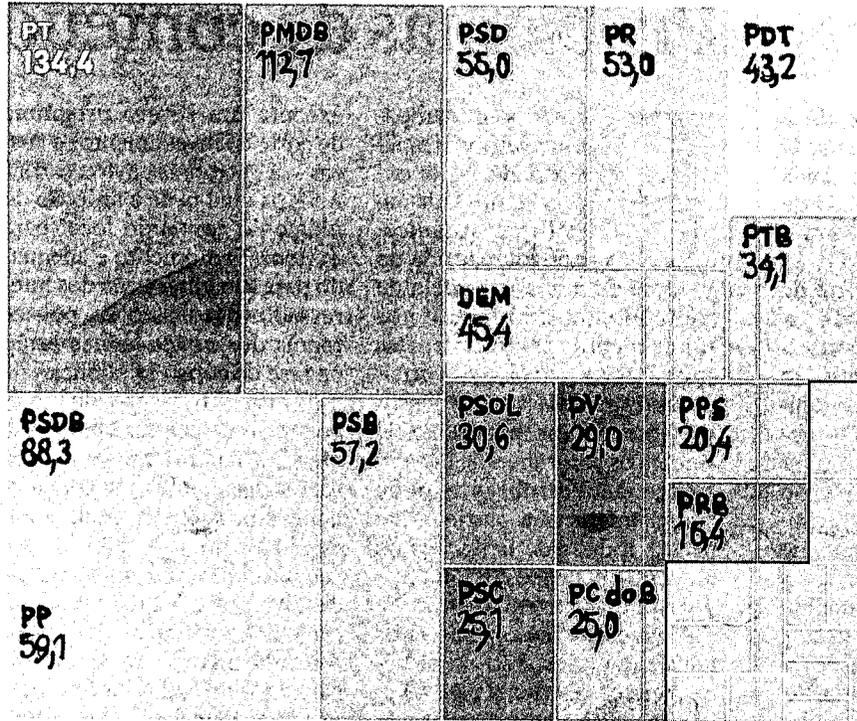
Em dez anos, legendas consumiram R\$ 6,8 bilhões em recursos públicos

EM MILHÕES DE REAIS HORÁRIO ELEITORAL/PROGRAMA PARTIDÁRIO* FUNDO PARTIDÁRIO**



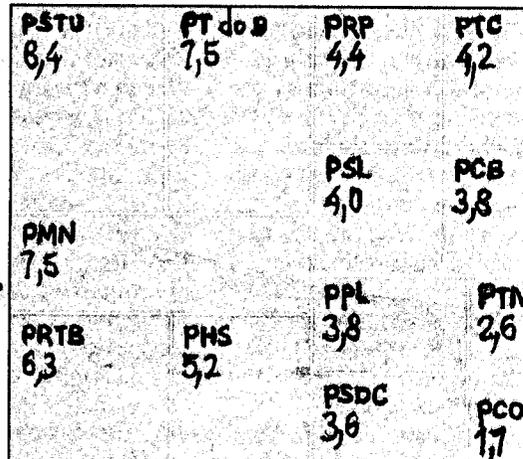
O custo das legendas em 2012***

EM MILHÕES DE REAIS



03 MAR 2013

Nanicos



*Horário eleitoral: 2/3 do tempo do horário eleitoral se distribuem de acordo com o número de deputados eleitos e 1/3 igualmente entre os que lançam candidatos; quanto maior o número de deputados eleitos a partir de um critério de distribuição por Estados, maior o tempo dos programas partidários, que podem ser semestrais (quem tem mais votos) ou anuais

**95% da verba é distribuída de acordo com o número de votos de cada legenda na eleição para a Câmara, e 5% em partes iguais para todos os partidos

***Levando-se em conta o Fundo Partidário e o subsídio para propaganda partidária e eleitoral



Kassab. Nem de esquerda nem de direita, mas com fundo partidário garantido ao PSD



Marina. Nem situação nem oposição, mas na busca de apoio para Rede também ter verba

CONTINUA

03 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dinheiro público estimula criação de novas legendas

• Proliferação

30 partidos estão em funcionamento atualmente no Brasil

22 siglas estão hoje em processo de regularização na Justiça Eleitoral

R\$ 500 mil em recursos públicos recebeu o Partido da Pátria Livre em 2012, no ano seguinte à sua criação

As benesses públicas para os partidos políticos alimentam a proliferação de legendas no País. Já há 30 em funcionamento e pelo menos 22 em processo de regularização, com parte da documentação necessária já apresentada à Justiça Eleitoral.

Não está nessa conta a Rede, partido que a ex-presidenciável Marina Silva e seus aliados estão formando, com o objetivo de disputar as eleições de 2014.

Na lista de candidatos a partido há os de inspiração religiosa (Partido Cristão, Partido Liberal Cristão, Partido Cristão Nacional), classista (Partido dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores da Iniciativa Privada do Brasil, Partido dos Estudantes, Partido Militar Brasileiro) e até de gênero (Partido da Mulher Brasileira). Um deles se apresenta apenas como Partido Novo.

Todos sonham em seguir os passos do Partido Pátria Livre (PPL), que obteve registro no Tribunal Superior Eleitoral em 2011 e disputou cargos pela primeira vez nas eleições de 2012. O PPL recebeu R\$ 500 mil de recursos públicos do Fundo Partidário no ano passado. O Partido Ecológico Nacional (PEN), que ainda nem disputou eleições, embolsou R\$ 281 mil no período.

Para o cientista político Humberto Dantas, professor do Insper, o Poder Judiciário é um dos principais responsáveis pela proliferação de partidos – em 2006, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a chamada cláusula de barreira, que limitava o acesso de legendas menores a recursos públicos e ao horário eleitoral.

“A Justiça matou a cláusula de barreira, claramente atendendo a pedidos de partidos médios, que eram prejudicados pela regra”, afirmou Dantas.

Caso de sucesso. Maior fenômeno entre as legendas novatas, o PSD, do ex-prefeito Gilberto Kassab, conseguiu formalizar sua existência em tempo recorde – menos de um ano.

Kassab mobilizou aliados em todo o País para coletar cerca de 490 mil assinaturas, o equivalente a 0,5% dos eleitores do País e mínimo exigido para a obtenção de registro. A legenda acabou atraindo 55 deputados federais, interessados no caráter “nem de esquerda, nem de direita, nem de centro” da agremiação, segundo a definição do próprio Kassab. O fato enfraqueceu a oposição e ampliou a base da presidente Dilma Rousseff.

O partido também se fortaleceu graças à Justiça Eleitoral, que deu a ele maior acesso ao Fundo Partidário e ao horário eleitoral gratuito. Agora, Kassab quer mudar a legislação para evitar que futuras legendas se aproveitem das mesmas brechas para atrair parlamentares.

03 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça proíbe peça sobre caso Isabella

Mãe da menina morta ao ser jogada de um prédio entrou com pedido de suspensão da obra da Cia. de Teatro Os Satyros

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) proibiu a estreia da peça teatral *Edifício London*, com enredo inspirado no caso Isabella Nardoni – a menina de 5 anos que, em 2008, morreu após ser jogada do 6.º andar de um prédio. A determinação, feita anteontem, acatou pedido dos advogados da mãe da menina, Ana Carolina Oliveira. A multa se a peça for encenada é de R\$ 10 mil.

Em nota publicada em seu site, a Cia. de Teatro Os Satyros, responsável pela produção do espetáculo, afirma que vai adotar “todas as medidas necessárias” para fazer valer o preceito constitucional da liberdade de expressão. A companhia promete reembolsar o valor do ingresso aos que já compraram. A estreia da peça seria à oh de hoje no espaço teatral do grupo, na Praça Roosevelt, centro de São Paulo.

A companhia diz que a obra, do dramaturgo Lucas Arantes, teve como inspiração as peças teatrais *Macbeth*, de William Shakespeare, *Medeia*, de Eurípedes, além do caso Isabella. A companhia informa também que serão adotadas “todas as medidas necessárias para fazer valer o que prescreve o inciso IX, do artigo 5.º da Constituição Federal Brasileira, que diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O advogado do grupo, Dinovan Dumas de Oliveira, afirma que pretende estudar o caso.

O despacho do desembargador Marcelo Fortes Barbosa Filho, da 6.ª Câmara de Direito Privado aponta que, para impedir a

peça, Ana Carolina usa como argumento de haver “remissão direta ao homicídio de que sua filha foi vítima, na qual, ‘em verdadeira aberração’, é, inclusive, lançada uma boneca decapitada por uma janela, configurando violação à imagem de sua filha morta e efetiva agressão a sua pessoa, eis ela própria é retratada como ‘uma mulher despreocupada com a prole e envolvida com a vulgaridade’.”

O desembargador afirma que há “perigo de dano irreparável” à mãe de Isabella. “A liberdade de expressão artística, à primeira vista, está em direto confronto com os direitos de personalidade invocados, incidindo os artigos 12 e 20 do Código Civil.”

RODOANEL

MP apura pagamento de indenizações

O Ministério Público Estadual abriu inquérito para averiguar as desapropriações na Região Metropolitana de São Paulo por causa das obras do Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas. Segundo apurações iniciais do MPE, famílias que tiveram de deixar suas casas não estão conseguindo sacar indenizações e estão abrigadas na casa de amigos, o que provoca “impacto social muito grande” na cidade de Suzano, segundo a promotora Florenci Cassab Milani, da Promotoria de Justiça do município.

“Minha preocupação é que esse projeto se torne motivo de vergonha internacional”

MIGUEL REALE JÚNIOR, jurista e ex-ministro da Justiça, criticando o novo Código Penal, que tramita no Senado como projeto de lei

03 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER

O êxito que satisfaz

Para ser uma boa referência,
Joaquim Barbosa não
precisa ser candidato a nada

Boas referências, pessoas, atos ou ideias nas quais a sociedade reconhece valores caros não necessariamente têm de se transformar em candidaturas à Presidência da República.

Compreende-se o “disse me disse”, o entusiasmo, quando não a firme crença, em alguns setores e ocasiões, na hipótese de que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, venha – ou pelo menos almeje – a disputar o posto de chefe da nação.

Em boa parte dos países, se não na maioria, o presidente é a figura máxima. Se por aqui boa parte da população, se não a maioria, achou o máximo a atuação de Barbosa como relator do processo do mensalão, natural que faça uma conexão entre uma coisa e outra. Em especial diante da carência de exemplos reconhecidos como merecedores de respeito.

Ao estruturar uma narrativa inescapável da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República, o relator do processo levou o País à compreensão do que foi o esquema de desvios, fraudes e escambo de vantagens indevidas em troca de apoio político devido.

Foi acompanhado pelo tribunal na quase totalidade dos votos. O colegiado, com sua decisão, elevou o grau de confiabilidade do Judiciário, mas nem por isso se lançaram os homens de outros ministros no fogaréu de vaidades do ambiente das disputas eleitorais no molde em que se dão.

Muito bem; Joaquim Barbosa virou um símbolo. Para alguns, parcial, arbitrário e, como se diz agora, midiático. Para muitos, um emblema de justiça e de intolerância com a ilegalidade para a qual defende tratamento igualitário entre poderosos e não poderosos.

Mas, daí a dizer que tal atributo seja um trampolim para a Presidência da República são outros 500 quilômetros a serem percorridos. O presidente do STF tem a favor de si o crédito junto a substancial parcela de população.

Em compensação, para sermos realistas, tem contra si diversos fatores. A começar pela suposição de que o que o move é a ambição política. Isso diminui a figura do juiz, não deixa de ser uma maneira, ainda que involuntária, de reduzir suas atitudes e opiniões a uma mera ânsia por notoriedade com aquele poder conferido pelo *Diário Oficial*.

Além disso, Joaquim Barbosa não é do ramo. Há quem aponte nisso uma vantagem. Mas, sem comparações de forma e conteúdo, de exemplos de que o repúdio à atividade política por si só não credencia alguém a exercê-la de modo a fazer de fato a diferença, a História está cheia.

Temos ainda o temperamento do presidente do Supremo a contar como desvantagem numa atividade em que a vocação para a diplomacia é essencial. Ao menos quando se pretende exercê-la na regra do jogo sem a ajuda do vale-tudo.

O ministro não tem um partido e, a não ser que pretenda criar um ou alojarse em algum apenas para ter uma legenda sem maior presença no cenário político (o que poderia causar péssima impressão), não se vislumbra espaços disponíveis. A fila nos partidos obedece a uma lógica e nenhum deles parece disposto por enquanto a subvertê-la.

Isso tudo sem falar na possibilidade de uma empreitada malsucedida, que tiraria Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal e o levaria a lugar nenhum.

Por que o ministro não pode servir ao País exatamente onde está, exercendo o papel a que vem se propondo? Figuras respeitadas não necessariamente precisam chegar à Presidência para, com seu êxito, satisfazerem demandas por condutas tidas como exemplares.

04 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Inquérito de crimes em UTI vai para o MP

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO
CURITIBA

Investigação resultou na prisão da chefe da unidade do Hospital Evangélico de Curitiba

A delegada do Núcleo de Repressão ao Crime Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, entrega hoje ao Ministério Público do Paraná, em Curitiba, o inquérito policial sobre as mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. No dia 19 de fevereiro, a chefe do setor, Virgínia Soares de Souza, foi presa sob a acusação de homicídio qualificado. Ela é suspeita de provocar a antecipação da morte de pacientes.

O Ministério Público terá até cinco dias para oferecer a denúncia, pedir novas diligências ou arquivar o processo.

Já o advogado da médica, Elias Mattar Assad, vai entregar ao juiz Pedro Corat, da Vara de Inquéritos, um memorial com uma lista de erros, segundo Assad, ocorridos durante as investigações. “Este documento é um instrumento da defesa, em que mostramos alguns problemas ocorridos.”

Entre essas falhas estão, segundo a defesa, interpretações erradas de frases gravadas na UTI, problemas de transcrições das interceptações telefônicas, além de falta de peritos nas análises relativas às questões médicas. “O que está se julgando não é apenas uma médica, mas sim a medicina. É a medicina que está no banco dos réus”, disse o advogado.

Acusada de antecipar a morte de pacientes, Virgínia também é suspeita de mandar desligar os aparelhos que mantinham o paciente Ivo Spitzner vivo. Em uma conversa interceptada, ela fala para uma pessoa não identificada: “o próximo que vamos desligar é o Ivo”. O paciente morreu dois dias depois.

Segundo a defesa, o trecho da conversa está fora de contexto. O paciente, segundo Assad, havia sofrido uma descarga elétrica de alta tensão que precisou ter os braços e as pernas amputados, ficando apenas com o tronco, que também apresentava queimaduras graves. A morte de Spitzner era esperada, segundo a defesa de Virgínia. “Quando ela fala sobre ‘desligar o aparelho’, se refere a uma situação na qual estava clara a falta de chances de sobrevivência”, afirmou Assad.

Além do prontuário de Spitzner, também estão com a polícia os registros de Paulo José da Silva, Pedro Henrique Nascimento, André Luis Faustino e Luiz Antônio Propst, mortos entre os dias 24 e 28 de janeiro deste ano.

A investigação começou em março do ano passado, quando denúncias anônimas chegaram à Ouvidoria do Estado do Paraná, que as repassou ao Ministério Público. Além de Virgínia, estão presos os médicos Edson Alsemo, Anderson Freitas e Laís Groff e Maria Israelita Bocato.

“As denúncias foram caluniosas e a partir delas as outras foram feitas por inércia. Não há materialidade para existência de algum crime e, além disso, ao conversarmos com outros médicos intensivistas, algumas declarações mostram pessoas que não estão habituadas com as linguagens usadas em UTI’s de todo o País”, disse Assad.

CRONOLOGIA

1988

Virgínia Soares de Souza começa a trabalhar no Hospital Evangélico, em Curitiba.

2006

Médica assume a chefia da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da instituição.

Dezembro de 2012

Paciente da UTI escreve um bilhete para a filha, pedindo para ser retirada porque sabia que seria morta.

19 de fevereiro de 2013

Após investigação da polícia com gravações de telefonemas, Virgínia é presa. Para policiais, escutas mostram médica falando sobre desligar aparelhos de pacientes.

22 de fevereiro

Médica divulga carta negando o crime.

28 de fevereiro

Polícia admite erro na transcrição de uma escuta: a palavra “raciocinar” da frase “nós estamos com a cabeça bem tranquila pra raciocinar”, dita por Virgínia, foi marcada como “assassinar”.

04 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Defesa de Bruno já fala em anular júri que começa hoje

Advogados do goleiro e de sua ex-mulher Dayanne Rodrigues do Carmo afirmam que há irregularidades no processo

“Para mim é muito cômodo: se eu ganhar, ganhei, senão, anulo.” A frase de Lúcio Adolfo da Silva, advogado do goleiro Bruno Fernandes, resume o espírito que impera na defesa dos acusados de envolvimento no sequestro e morte de Eliza Samudio, de 24 anos, ex-amante do jogador. A maior parte dos advogados envolvidos no caso estará presente a partir de hoje no salão do Tribunal do Júri de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para acompanhar o julgamento do atleta e de sua ex-mulher Dayanne Rodrigues do Carmo, acusada do sequestro e cárcere privado do bebê de Bruno com Eliza, e promete não adotar medidas para tentar adiar a decisão dos jurados.

No entanto, todos os defensores ouvidos pelo Estado afirmam que há irregularidades no processo e já adiantaram que, caso as sentenças não sejam favoráveis aos réus, vão pedir a anulação dos julgamentos. O braço direito do goleiro, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, e outra ex-amante de Bruno, Fernanda Gomes de Castro, já foram condenados em novembro passado. Ainda serão julgados o ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, em 22 de abril, e Elenilson Vitor da Silva e Wemerson Marques de Souza, o Coxinha, em 15 de maio.

Lúcio Adolfo, que assumiu a defesa de Bruno em novembro, levando a Justiça a adiar o julga-

mento do goleiro, afirma que há uma série de irregularidades no processo. Segundo o advogado, as ilegalidades começam pelo “desaparecimento” de parte dos autos. “Descobrimos que estão faltando quase 500 páginas. O escrivão me disse que elas teriam sumido durante o julgamento passado”, disse, referindo-se às sessões em que Macarrão e Fernanda foram condenados. Por meio de sua assessoria, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou a irregularidade e afirmou que houve um erro na numeração das páginas, que já consta nos autos.

Mas Adolfo argumenta que também não foram observados prazos legais para a convocação dos jurados dentre os quais será sorteado o conselho de sentença e que há “exposição excessiva” destes jurados ao caso. “A juíza também determinou a expedição de um atestado de óbito antes do julgamento. Isso influencia diretamente no ânimo do júri”, observou. Em janeiro, a juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, presidente do Tribunal do Júri de Contagem, acatou pedido da família de Eliza e do Ministério Público Estadual (MPE) e determinou a expedição do documento, apesar de o corpo da jovem nunca ter sido encontrado. “Esse caso certamente será decidido nos tribunais superiores”, avaliou o advogado. “Tenho muito carinho e respeito pela juíza, mas não concordo com algumas decisões jurídicas dela”, acrescentou.

Briga. Já Ércio Quaresma Firpe, que defende Bola, afirmou que o problema da magistrada com ele “é pessoal” e adiantou que também pretende levar o caso para instâncias superiores do Judiciário. “Ela (Marixa) ultrapassou o limite do racional”, disparou. O polêmico advogado, que representou Bruno durante as investigações e deixou o caso para se tratar de uma dependência de crack, abandonou o plenário do júri em novembro, alegando cerceamento de defesa, levando a magistrada a desmembrar o processo em relação ao ex-policial.

Assim como o colega, Quaresma questiona o efeito que o atestado de óbito terá nos próximos julgamentos do caso e observa que, como o documento cita como local da “suposta morte” de Eliza a casa de Bola, em Vespasiano, também na Grande BH, o processo teria de tramitar naquela comarca, como prevê a lei. “Tem nulidade desde o início. O Jorge foi condenado em 2010 e o juiz não mandou expedir atestado de óbito”, salientou, referindo-se a Jorge Luiz Rosa, primo de Bruno, hoje com 19 anos, que cumpriu medida socioeducativa pelo crime.

CONTINUA

04 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Agora, Quaresma pretende participar do julgamento de Bruno e Dayanne, mas quer questionar todos que forem ouvidos em plenário. "Vou mostrar a diferença de acórdão e acordão", adiantou, em referência a um suposto acordo do MPE com Macarrão para que o réu confessasse. Marixa, porém, autorizou perguntas apenas aos réus. Em novembro, o TJMG autorizou os advogados a fazerem perguntas também para as testemunhas, mas a juíza considerou que a determinação era válida apenas para o julgamento anterior.

Para promotor, advogados estão 'batendo cabeça'

● A juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, presidente do Tribunal do Júri de Contagem, argumentou em seu despacho que a autorização para cada advogado questionar todos os réus e testemunhas levaria ao "absurdo de prolongar indefinidamente uma instrução criminal", que poderia se "arrastar por vários dias". A juíza argumentou ainda que isso poderia causar a "inusitada situação" de um advogado fazer perguntas para uma mesma testemunha em diversos julgamentos. Para o assistente da acusação, advogado José Arteiro Cavalcante, os advogados dos réus "estão esperneando porque não sabem o que fazem". Segundo Arteiro, não há irregularidades no processo e o problema para a defesa é apenas "as provas técnicas que mostram que Bruno mandou matar". Com a experiência de atuação em mais de 1,6 mil julgamentos, o promotor Francisco de Assis Santiago acredita na possibilidade de os advogados tentarem tumultuar as sessões, mas não "acredita em nulidade". "Não vi consistência da defesa. Estão batendo cabeça. Espero tudo desse grupo", provocou. "Mas nada vai alterar o resultado, que será a condenação", concluiu.

CONTINUAÇÃO

DIFERENTES VERSÕES

| | Acusação | Defesa |
|---|---|--|
| Bruno Fernandes de Souza (julgamento começa hoje) | Goleiro teria mandado sequestrar a ex-amante, levá-la para seu sítio em Esmeraldas (MG) e matá-la | Admite sequestro, mas diz que Eliza foi embora do sítio após receber dinheiro do atleta |
| Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão (condenado a 15 anos de prisão) | Amigo de infância e ex-braço direito de Bruno teria ajudado a executar o crime | Antes negava a morte de Eliza, mas no júri admitiu o crime e acusou Bruno de ter sido o mandante |
| Marcos Aparecido dos Santos, o Bola (julgamento marcado para abril) | Teria executado Eliza em sua casa, em Vespasiano (MG) | Nega qualquer envolvimento com o caso e relação com os suspeitos |

04 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Aperfeiçoar o concurso público

A média salarial dos trabalhadores do setor público, em todos os níveis da administração, atingiu pouco mais de R\$ 3.000 no final do ano passado, enquanto a iniciativa privada paga menos de R\$ 1.600, segundo dados do IBGE. Eis a principal razão pela qual a carreira no funcionalismo tem atraído milhares de candidatos todos os anos. Aqueles que não cumprem os requisitos mínimos alimentam o negócio de empresas que se dedicam a treinar os candidatos para as provas. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) mostra que esses testes selecionam não os candidatos mais adequados para os cargos em disputa, mas os que se prepararam melhor para a prova, independentemente do currículo acadêmico ou profissional que tenham. Essa situação compromete a qualidade do serviço público.

Cerca de 12 milhões de pessoas estão interessadas em ingressar no funcionalismo, segundo a Agência Nacional de Proteção e Apoio ao Concurso Público (Anpac), que defende os interesses do setor e estima em R\$ 30 bilhões o movimento anual. Essa multidão evidentemente está atrás dos benefícios associados ao serviço público, que vem sendo valorizado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Um consultor legislativo que assessora senadores, por exemplo, pode ganhar

quase R\$ 24 mil somando-se todos as vantagens a que tem direito. Além disso, o servidor tem estabilidade – fator frequentemente citado pelos candidatos como decisivo – e um salário inicial muito acima do oferecido pela iniciativa privada. Se tiver nível superior, o aprovado pode começar ganhando mais de R\$ 10 mil.

Estima-se que, somadas, as esferas da administração pública terão de oferecer ao menos 400 mil vagas nos próximos dois anos, graças à perspectiva de aposentadoria de milhares de servidores – atualmente, 40% dos funcionários públicos têm mais de 50 anos de idade. Somente neste ano, a estimativa é que sejam abertos mais de 120 mil cargos públicos em todo o País.

A concorrência é muito forte. Um exemplo foi o concurso aberto pela Petrobrás em 2012, que ofereceu 1.521 vagas. Inscreveram-se 330.568 pessoas – ou seja, havia 217 candidatos por vaga, uma disputa muito superior à verificada para o ingresso nas carreiras mais concorridas nas grandes universidades públicas. Diante disso, são comuns as histórias de grande dedicação aos estudos por parte dos candidatos, chegando a mais de dez horas por dia durante dois anos para conseguir ingressar nas carreiras mais cobiçadas.

Em vez de ser garantia de que os melhores profissionais serão aprovados, no entanto, o modelo atual torna o concurso “um fim em si mesmo”, conforme diz o estudo da FGV e da

UFF, pois é incapaz de auferir as competências reais dos candidatos. Além disso, a pesquisa mostra que os melhores salários estão vinculados às provas mais difíceis e complexas, e não às exigências curriculares dos candidatos. Ademais, a administração pública não utiliza o estágio probatório, mecanismo que permite demitir os aprovados que, após três anos, demonstram não ter a necessária qualificação para a função.

Para mudar esse quadro, os pesquisadores sugerem que os concursos abandonem o modelo de prova de múltipla escolha, utilizado em quase todos os exames na última década. Em lugar disso, os candidatos seriam submetidos a provas dissertativas, que levem em conta situações reais da carreira. O estudo recomenda até a aplicação de provas práticas em alguns casos. Também sugere que haja diferentes tipos de concurso para encontrar jovens talentos no meio universitário, para funcionários que já estejam no serviço público e queiram mudar de função e para atrair e selecionar profissionais experientes do mercado.

Não se pode perder de vista que o concurso público é a maneira mais adequada para evitar que o compadrio e a politicagem rasteira definam quem ocupará os cargos públicos no Estado. Por esse motivo, é indispensável reformar o modelo, como propõem a FGV e a UFF, de modo a transformá-lo num instrumento de efetivo aperfeiçoamento da administração pública.

04 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Brasil tem mais de 192 mil mandados de prisão aguardando cumprimento

Levantamento feito pela Corregedoria Nacional de Justiça a partir de informações contidas no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) mostra que, de um total de 268.358 mandados de prisão expedidos de junho de 2011 a 31 de janeiro de 2013, 192.611 ainda aguardam cumprimento.

Tanto em números absolutos quanto relativos, os estados com as maiores quantidades de mandados de prisão ainda a serem cumpridos pelas polícias são o Paraná (30.431), Minas Gerais (28.641) e Goiás (20.885). Nos três casos, os mandados de prisão em aberto foram expedidos pelos Tribunais de Justiça estaduais e correspondem, respectivamente, a 15,79%, 14,86% e 10,84% do total de mandados de prisão em aberto no país.

Do total de mandados expedidos de junho de 2011 até o último dia 31 de janeiro, 65.160 foram cumpridos, ou seja, resultaram efetivamente em prisões, e 10.587 tiveram o cumprimento expirado.

O estado do Rio de Janeiro é onde foi constatado o maior número de mandados de prisão cumpridos, em números absolutos; 14.021 mandados

04 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ isenta Correios de recolher ISS sobre atividades não postais

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) não precisa pagar ISS em atividades alheias à prestação de serviços postais.

O julgamento começou em 2011, com 6 votos contra a estatal. Para o relator, ministro Joaquim Barbosa, os Correios têm a obrigação de pagar impostos em atividades que não representem sua finalidade, especialmente para manter a concorrência com empresas privadas. Votaram com ele os ministros Cármen

Lúcia; Cezar Peluso (aposentado); Luiz Fux; Marco Aurélio; Ricardo Lewandowski; e Dias Toffoli.

Os votos contrários foram dos ministros Ayres Britto (aposentado); Celso de Mello; e Gilmar Mendes. O principal argumento é que os Correios podem exercer certas atividades privadas com isenção de imposto como forma de arrecadar recursos para que a estatal não seja deficitária. Os Correios questionavam decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que reconheceu o direito

de a Prefeitura de Curitiba tributar os Correios com o ISS nos serviços elencados no item 95 da Lista anexa ao Decreto-lei 56/1987.

Esses serviços abrangem cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais; protestos de títulos; sustação de protestos; devolução de títulos pagos; manutenção de títulos vencidos; fornecimento de posição de cobrança ou recebimento; e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento.

TRT mantém reversão de justa causa em caso de demissão indevida

Por unanimidade, a Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região manteve decisão do Juízo da Vara do Trabalho de Corumbá que reverteu a justa causa de um trabalhador da ALL América Latina Logística Malha Oeste S.A, justificada pela empresa como ato de indisciplina. Isso porque o trabalhador teria se ausentado de seu posto de serviço para beber água, deixando o estagiário sozinho, realizando as atividades para as quais estava sendo treinado,

quando esse, ao realizar operação de engate de vagões e locomotiva, teve seu braço preso no engate.

As circunstâncias do presente caso demonstram que a dispensa do trabalhador por justa causa configurou providência extremamente rigorosa para o fato ocorrido, expôs o relator do processo, desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida. E completou o relator: Em que pese a conduta faltosa cometida pelo autor, esta não se revestiu de

gravidade suficiente para ensejar a ruptura do contrato de trabalho por justa causa, mesmo porque as atividades que ensejaram o incidente eram rotineiras. Relatório de treinamento do estagiário, realizado em 7 de julho de 2012, demonstrou que ele obteve nota 10, sendo satisfatório seu desempenho, o que atenuaria ainda mais, segundo o desembargador Marcio Thibau, o fato de o trabalhador demitido ter se ausentado por instantes.

02 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» AUTOPROMOÇÃO

Justiça manda Ducci devolver R\$ 80 mil aos cofres públicos

Ex-prefeito de Curitiba foi condenado por veicular mensagens de telemarketing fazendo referência a si mesmo a poucos meses da eleição

Euclides Lucas Garcia

A Justiça condenou o ex-prefeito de Curitiba Luciano Ducci (PSB) a ressarcir os cofres do município em cerca de R\$ 80 mil. O motivo é a veiculação de mensagens de telemarketing que faziam menção a Ducci poucos meses antes da última eleição. Na decisão, o juiz Rodrigo Otávio Rodrigues, da 7.ª Vara da Fazenda Pública, considerou parcialmente procedente uma ação popular movida pelos vereadores que faziam oposição a Ducci. No entendimento do magistrado, a medida tinha "a inconfundível finalidade de autopromover politicamente" o ex-prefeito. A sentença é de 1.º grau e cabe recurso.

Na ação, são citadas duas gravações em que o interlocutor falava "em nome do prefeito" para exaltar feitos da administração municipal.

2 GRAVAÇÕES

são citadas no processo, uma divulgando as obras do metrô e outra a Linha Verde e o ligeirão.

"Estou ligando para compartilhar com você uma grande conquista de Curitiba, o Metrô Curitiba saiu do papel e as obras começam já no ano que vem", dizia uma das mensagens. Na outra, destacavam-se a Linha Verde e o ligeirão azul. "Em nome do prefeito Luciano Ducci, muito obrigada pela sua atenção e fica o convite para conhecer e passear no ligeirão azul", afirmava o interlocutor.

Para o juiz, o uso do telemarketing, custeado com recursos públicos, feriu os princípios da moralidade administrativa, da impessoalidade e da publicidade institucional. "As mensagens tinham como especial motivação gerar um destaque pessoal do gestor público, uma supervalorização política dele. O interesse maior, público, esvazia-se em nome de um interesse de ordem pessoal", escreve o juiz. O despacho ressalta ainda que as ligações se deram em período pré-eleitoral, pouco antes de Ducci disputar — e perder — a reeleição para

Juiz Rodrigo Otávio Rodrigues, em trecho da sentença que condena o ex-prefeito Luciano Ducci.

o cargo de prefeito.

O juiz também cita na sentença o uso indevido do site da prefeitura para obter "proveito midiático" por meio de notícias referentes à administração municipal. "As notícias eram veiculadas com o inequívoco propósito de engrandecimento político do gestor público", afirma Rodrigues. Por isso, ele determinou que Ducci e a prefeitura deixem de usar o site oficial com o propósito de autopromoção — o que, na prática, não tem mais efeito, já que ele deixou o cargo em janeiro.

Prestando contas

Por meio da assessoria de imprensa, Ducci disse que ainda não foi notificado da decisão, mas adiantou que irá recorrer da sentença. No fim do ano passado, em reportagens publicadas pela Gazeta do Povo a respeito das ações de telemarketing, a prefeitura afirmou que se tratava de uma "prestação de contas" das obras realizadas pelo poder público.

"As mensagens tinham como especial motivação gerar um destaque pessoal do gestor público, uma supervalorização política dele. O interesse maior, público, esvazia-se em nome de um interesse de ordem pessoal."

02 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Ex-prefeito de Foz e Ziraldo são condenados por improbidade

Paulo Mac Donald e cartunista terão de devolver R\$ 290 mil aos cofres públicos. Réus ainda podem recorrer da decisão

O cartunista Ziraldo foi condenado por improbidade administrativa no uso de verba federal destinada ao 3.º Festival Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu, realizado em 2005 em Foz do Iguaçu. Além dele, o ex-prefeito de Foz Paulo Mac Donald Ghisi (PDT) e o jornalista Rogério Bonato, então presidente do Festival, também foram condenados. Os réus podem recorrer da decisão.

O juiz Diego Viegas Vêras, da Justiça Federal de Foz de Iguaçu, determinou que o artista e Mac Donald devolvam o montante em valores corrigidos — cerca de R\$ 290 mil. Ambos tiveram os direitos políticos suspensos por oito anos, e ficaram proibidos de receber benefícios e incentivos públicos por cinco anos. Bonato teve ambas as penas reduzidas para três anos.

A ação, proposta pelo Ministério Público Federal, questionou o modelo adotado pela prefeitura de Foz pa-

ra realizar o festival. A administração municipal contratou, sem licitação, a empresa de Ziraldo — a The-Raldo Estúdio de Arte e Publicidade Ltda — para organizar o evento e o financiou com verbas do Ministério do Turismo, mas não formalizou em um contrato a prestação do serviço.

Em sua decisão, o magistrado afirmou que o pagamento foi ilegal, pois não havia contrato assinado entre a prefeitura e o artista. Segundo Vêras, o preço do serviço também foi elevado de R\$ 135 mil para R\$ 200 mil sem justificativa e o plano de trabalho apresentado era “materialmente falso”.

Ziraldo, por sua vez, defendeu-se no processo alegando a inexigibilidade de licitação quando a notoriedade da pessoa contratada é indiscutível. O advogado Francisco Zardo, que representa o cartunista, disse que a condenação é surpreendente e afirmou que vai recorrer tão logo o réu seja intimado.

“A prova dos autos comprova que o Ziraldo prestou contas dos serviços para o qual foi contratado, de modo que é indevida a restituição do valor ou qualquer outra pena”, afirmou.

Zardo disse ainda que o valor de R\$ 200 mil foi estipulado desde o início pelo seu cliente. “Há no processo uma estimativa de valores de R\$135 mil, mas ela não foi realizada pelo Ziraldo e não é o que ele entende como compatível por seus serviços”, disse. Mac Donald e Bonato não quiseram comentar a decisão. Apenas informaram que vão recorrer.

GAZETA DO POVO

» SEGURANÇA

PR tem 30 mil mandados de prisão em aberto

Rafael Waltrick

02 MAR 2013

Levantamento da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgado ontem mostra que o Paraná é o estado brasileiro com o maior número de mandados de prisão aguardando cumprimento. Segundo o balanço, dos mandados expedidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) entre junho de 2011 e março de 2013, 79,7% ainda estão pendentes.

Os dados mostram que, no período, o TJ-PR emitiu 37,8 mil mandados — o maior número entre os tribunais estaduais e mais do que o dobro do encaminhado para as polícias de São Paulo. Ainda aguardam cumprimento 30,2 mil mandados e, no período, outros 1,7 mil acabaram expirados.

Levando em conta a relação entre o número de mandados expedidos e o volume de mandados a serem cumpridos, o Paraná fica em sétimo lugar entre os estados. Em Rondônia, 91% dos mandados emitidos nos últimos 21 meses não haviam resultado em prisões até ontem.

Problema antigo

A dificuldade dos policiais civis e militares, dos guardas municipais e dos agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em cumprir as

prisões determinadas pela Justiça no estado não é recente. Reportagem da **Gazeta do Povo** publicada em janeiro do ano passado já mostrava que, conforme dados do TJ-PR, a cada três mandados emitidos entre 2010 e 2011, dois deixaram de ser efetuados.

Para o presidente do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (Sinclapol), André Gutierrez, o cenário mostrado pelo Conselho Nacional de Justiça traz à tona dois problemas recorrentes na segurança pública do estado: a falta de estrutura para receber os presos e o efetivo reduzido.

As carceragens das delegacias paranaenses, por exemplo, começaram o ano com um excedente de 5,2 mil presos. “Hoje, já temos um número de presos que se sobrepõe em muito à capacidade. A partir do momento que o Estado der condições estruturais e de pessoal, a Polícia Civil, dentro de um ano, é capaz de reduzir bastante o número de mandados em aberto”, defende Gutierrez.

A **Gazeta do Povo** entrou em contato com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp-PR) para comentar o levantamento, mas

a assessoria de imprensa da Sesp-PR afirmou que a Polícia Civil ainda não teve acesso à íntegra dos dados e, por isso, só vai se pronunciar sobre a questão na segunda-feira.

Cenário nacional

O balanço do CNJ mostra também que a discrepância entre os mandados expedidos e cumpridos se alastra por praticamente todos os estados do país. Entre junho de 2011 e março de 2013, 306,9 mil ordens de prisão foram emitidas pelos tribunais estaduais e federais, mas 70,6% ainda aguardam cumprimento.

CONTINUA

02 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FORA DAS CELAS

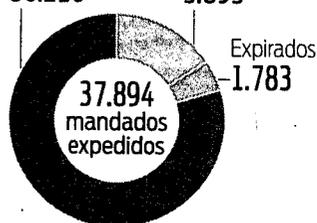
Em números absolutos, o Paraná é o estado que mais possui mandados de prisão aguardando o cumprimento. Em termos proporcionais, ele fica em sétimo lugar.

Situação dos mandados de prisão

Mandados expedidos de junho de 2011 a março de 2013

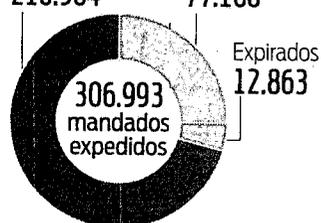
No Paraná

Em aberto 30.216
Cumpridos 5.895
Expirados 1.783



No Brasil*

Em aberto 216.964
Cumpridos 77.166
Expirados 12.863



Estados com mais processos em aberto

| | |
|----------------------|--------|
| 1º Paraná | 30.216 |
| 2º Minas Gerais | 29.955 |
| 3º Goiás | 21.568 |
| 4º Rio de Janeiro | 19.433 |
| 5º Maranhão | 15.826 |
| 6º Espírito Santo | 14.672 |
| 7º São Paulo | 13.969 |
| 8º Pernambuco | 13.117 |
| 9º Rio Grande do Sul | 8.660 |
| 10º Santa Catarina | 7.352 |

Estados com maior proporção de processos em aberto

| | |
|------------------------|-------|
| 1º Rondônia | 91,1% |
| 2º Amapá | 87,5% |
| 3º Amazonas | 86,9% |
| 4º Tocantins | 86,4% |
| 5º São Paulo | 82,5% |
| 6º Rio Grande do Norte | 80,6% |
| 7º Paraná | 79,7% |
| 8º Ceará | 79,6% |
| 9º Minas Gerais | 78,9% |
| 10º Maranhão | 77,5% |

*Incluindo também os cinco Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Fonte: Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), do CNJ. Infografia: GP.

02 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» SANTA MARIA

Justiça do RS decreta prisão preventiva de suspeitos

A Justiça do Rio Grande do Sul decretou ontem a prisão preventiva de quatro suspeitos detidos após o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, em janeiro.

Estão detidos desde o dia seguinte à tragédia o vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo Jesus dos Santos; o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão; e dois sócios da casa noturna: Mauro Hoffmann e Elissandro Spohr. Os quatro permaneciam presos devido a uma ordem de prisão temporária, que venceria já no próximo domingo. Morreram 239 pessoas por causa do incêndio.

O juiz que analisou o caso, Ulysses Louzada, afirmou que houve "comoção mundial" com as mortes e que já há "seguros elementos" da existência de crime. Para ele, só a prisão pode proteger a investigação ainda em andamento.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul, ao solicitar a prisão preventiva, havia argumentado que a tragédia gerou um abalo na sociedade e que a integridade física dos suspeitos estaria em risco com a libertação. O Ministério Público defendeu a medida, argumentando que os sócios mantiveram a casa funcionando sem as devidas condições de segurança.

JUSTIÇA

TJ de Brasília condena acusados de colocar fogo em moradores de rua

O juiz do Tribunal do Júri de Santa Maria, no Distrito Federal, condenou três dos cinco réus acusados de queimar moradores de rua da cidade-satélite, em fevereiro de 2012. Um dos moradores morreu. Segundo a decisão, Daniel de Abreu Lima foi condenado a 23 anos e 10 meses de reclusão; Edmar Pereira da Cunha Júnior, a 23 anos e 8 meses; e Lucas Júnio Araújo de Sá deve cumprir pena de 23 anos e 8 meses.

Os réus Daniel Douglas Cavalcante Cardoso e Gervano Balbino de Oliveira foram absolvidos pelo Conselho de Sentença. À decisão ainda cabe recurso. Segundo a denúncia, um dos acusados teria oferecido a quantia de R\$ 100 "a quem o ajudasse a espantar os moradores de rua do local".

Liberado

Com o nome na lista de procurados pela Interpol, polícia internacional, desde março de 2010, o deputado federal **Paulo Maluf (PP-SP, foto)** obteve autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para viajar ao Estados Unidos.

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o pedido, feito na semana passada e acompanhado de autorização da Câmara dos Deputados, foi aceito pelo ministro Ricardo Lewandowski. No entanto, a defesa de Maluf informou ao STF que ele havia desistido da viagem. O deputado iria representar a Câmara em um evento da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2010, quando ocorreu a inclusão do nome do deputado no alerta vermelho da Interpol, a defesa de Maluf defende a tese de que a condição de congressista confere imunidade a Maluf e que, por isso, ele não poderia ser detido fora do país.

NOTA POLITICA



03 MAR 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Menos otimismo

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideram otimista a estimativa do presidente da corte, Joaquim Barbosa, de que a execução das penas dos 25 condenados no processo do mensalão, incluindo as prisões, ocorrerá até julho. Se forem tomados como base julgamentos de ações penais mais simples do que a do mensalão, a execução poderá demorar anos. Condenado pelo STF em 2010 por formação de quadrilha e peculato, o deputado federal Natan Donadon ainda não foi preso e continua a exercer normalmente o seu mandato na Câmara. O próprio Joaquim Barbosa rejeitou em janeiro um pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que a condenação fosse executada. Segundo Barbosa, o deputado somente poderá ser preso quando não for mais possível recorrer. Para encerrar a ação do mensalão e determinar a prisão dos réus, entre os quais o ex-ministro José Dirceu, o STF ainda precisa cumprir uma série de etapas no processo.

JUSTIÇA

Jovem tem autorização para acrescentar nome de pai afetivo no RG

Um adolescente de Cascavel conseguiu na Justiça o direito de acrescentar ao seu documento oficial o nome do pai afetivo ao lado do nome do pai biológico. A decisão foi publicada no último dia 20 pelo juiz de direito e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família Sérgio Luiz Kreuz. Segundo ele, a permissão irá deixar o garoto em melhores condições de vida. "O menino terá os benefícios dobrados e também outras vantagens, como planos de saúde e previdência, além de ser herdeiro dos dois", informou. O padrasto, que mora há 11 anos com a mãe do garoto, foi quem pediu a adoção. A manutenção do nome do pai biológico, segundo Kreuz, foi outra forma de atender o garoto.

240 MORTOS

em consequência da tragédia na Boate Kiss, em Santa Maria (RS). Pedro Falcão Pinheiro, 25, que estava internado desde 27 de janeiro, dia do incêndio, morreu na manhã de sábado. Nas últimas semanas, a situação de saúde dele gerou mobilização por mais doações de sangue. Cinco semanas após o incêndio, cerca de 20 sobreviventes ainda estão internados em hospitais de Porto Alegre e de Santa Maria.

GASPARI

Eremildo, o idiota

A doutora Ellana Calmon, que fez fama pelo rigor com que ocupou a Corregedoria Nacional de Justiça, recebeu no ano passado R\$ 84,8 mil de auxílios-alimentação atrasados. Isso sem contar seu salário de R\$ 25,3 mil mensais. Eremildo é um idiota, sabe que ela gosta de cozinhar e lembra que todos os pares da doutora recebem essa Bolsa Marmita. Como a doutora não passou fome no período em que não recebeu o auxílio, o cretino teme que, ao receber cheques semelhantes, o Judiciário brasileiro erre a mão e morra empanturrado. Com essa grana, podem-se comprar 14.133 Big Macs, ou 38 sanduíches por dia durante um ano.

PINGA-FOGO



"Eu não tenho interesse, eu não tenho physique du rôle."

Joaquim Barbosa, presidente do STF, descartando a possibilidade de concorrer a um cargo eletivo no futuro, usando uma expressão francesa que se refere ao perfil certo para um papel.

Embarba

Rio e Espírito Santo

O Supremo Tribunal Federal liberou a votação do veto parcial da presidente Dilma à nova distribuição dos royalties do petróleo. A decisão foi uma derrota para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, os dois principais estados produtores.

CURSO

Completo – Magistratura Estadual do PR

- > DATA: de 19 de março a 5 de julho (das 19 às 22h20 – matrículas abertas).
- > LOCAL: Curso Prof. Luiz Carlos. Rua Voluntários da Pátria, 103, 1º andar – Centro.
- > INFORMAÇÕES: (41) 3232-3756 ou luizcarlos@luizcarlos.com.br

A reforma política que nasce das ruas

ENTREVISTA

MARLON REIS, juiz eleitoral e um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

Quase três anos depois da sanção da Lei da Ficha Limpa, criada com base em um projeto de iniciativa popular, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) tenta repetir a campanha bem sucedida, desta vez em torno da reforma política. Para isso, está elaborando uma proposta que terá como ponto central o financiamento das campanhas eleitorais. A ideia é concluir o texto até o fim de abril e coletar 1,4 milhão de assinaturas necessárias nos três meses seguintes para poder apresentar a matéria ao Congresso. Um dos fundadores do MCCE, o juiz eleitoral Marlton Reis defende a adoção no país de um modelo público-privado de financiamento de campanhas. Por esse sistema, empresas poderiam fazer doações para um fundo eleitoral comum e não diretamente a partidos e candidatos. “[No modelo atual, as empresas] favorecem a eleição de alguém para que depois os eleitos venham pagar com serviços políticos futuros”, diz ele. Sobre a promessa do Congresso de votar uma proposta de reforma política em abril,

Reis se mostra descrente. “O Congresso não é capaz de fazer mais que mudanças meramente cosméticas na legislação.”

O sr. diz que o principal foco da reforma política deve ser o financiamento das campanhas. Por quê?

No Brasil, adota-se um falso financiamento privado, em que há desvio de recursos públicos para fins eleitorais — e a reeleição sem necessidade de desincompatibilização ajuda para que isso aconteça. Também vemos a prevalência, entre os doadores de campanha, de pessoas jurídicas que estão diretamente interessadas nos futuros mandatos. Vemos a presença forte de empreiteiras e de outras empresas que dependem dos contratos governamentais e acabam alcançando facilidades na obtenção desses contratos justamente por figurarem como os principais doadores. Nas eleições do ano passado, por exemplo, ficou evidenciado que muitas empresas fizeram doações ocultas, doando para os partidos para que eles repassassem o dinheiro aos candidatos, de tal maneira que não era possível relacionar a empresa a um determinado candidato. Além disso, o financiamento de campanha é essencial para assegurar a igualdade de chances na disputa eleitoral. Se o modelo admite que uma empreiteira banque determinado candidato com verbas milionárias e outros

candidatos não têm acesso a verba alguma, está quebrada por natureza a igualdade de chances na disputa. O resultado é que o Parlamento fica repleto de pessoas que representam não os interesses dos eleitores, mas os interesses das pouquíssimas empresas privadas.

Mas o financiamento público conseguiria evitar o caixa 2?

O caixa 2 é uma característica de qualquer modelo de financiamento de campanha. Mesmo o modelo privado não evitou o caixa 2. O modelo que defendemos não é exclusivamente público, mas um modelo público-privado, sem a doação direta para os partidos e candidatos. As empresas e pessoas físicas interessadas em fazer doações poderiam fazer para um fundo comum de campanha, com o objetivo de fomentar a democracia, e não para um grupo em particular. Nesse modelo, prevalece a ideia de colaboração abstrata com as candidaturas e não de colaboração concreta, que visa a favorecer a eleição de alguém para que depois essas pessoas venham pagar com serviços políticos futuros.

CONTINUA

O sr. é a favor da unificação de todas eleições no mesmo ano [proposta em discussão no Congresso]?

Sou contra. As pesquisas acadêmicas demonstram que as eleições municipais são marcadas pela preponderância de interesses clientelistas, que envolvem a prestação de favores diretos aos eleitores. Nas eleições gerais, esse peso não é tão forte. Nas eleições presidenciais, o eleitor vota com uma carga de independência muito grande. Se nós juntarmos todas as eleições, vamos emprestar às eleições gerais os mesmos vícios que encontramos nas municipais. Então, vamos ver situações que não vemos hoje, como a compra de voto para as eleições presidenciais. Além disso, a democracia é um processo pedagógico. Voltar com certa constância às urnas faz parte desse processo de evolução, que ficaria estagnado se nós fizéssemos isso só de quatro em quatro anos.

E quanto ao fim das coligações nas eleições para vereadores e deputados [outra proposta em discussão]?

A priori, não sou contra as coligações. Sou contra a comercialização dessas coligações. Acho que deveríamos voltar a nossa atenção não para proibir as coligações que, antes de tudo, têm um significado até positivo de unir dois grupos políticos distintos em busca de um ideal comum. O ruim é que isso se pautou por práticas de mercado, que envolvam suborno, corrupção. O melhor é nos voltarmos para as causas disso: se, por exemplo, retirássemos os benefícios

que as coligações trazem hoje, como o somatório do tempo de televisão, a influência para o quociente eleitoral. Aí, nós forçaríamos os partidos a estarem juntos pautados por razões programáticas e não pragmáticas.

Qual é o melhor modelo de voto para o Brasil?

Entendo que o modelo atual do voto aberto [nos candidatos] é completamente danoso. Mas não acredito que tenhamos um ambiente institucional, democrático e maduro o suficiente para a adoção do sistema de lista fechada [na qual o eleitor vota no partido, que apresenta uma lista ordenada de candidatos]. Estamos diante do dilema de encontrar um sistema que não tenha as dificuldades nem de um modelo nem do outro.

Como está funcionando a redação do projeto de iniciativa popular?

Temos a intenção de lançar o texto no fim de abril. Até lá, estamos trabalhando na construção do projeto.

Quando o MCCE pretende apresentar o texto final ao Congresso?

Queremos coletar as assinaturas em no máximo três meses. Para isso, pretendemos usar de forma massiva a internet e as redes sociais. Acreditamos que será possível [coletar as assinaturas nesse prazo] por tudo que aprendemos com a Lei da Ficha Limpa. Até porque, quando decidimos iniciar a campanha pela Ficha Limpa, éramos não mais do que 12 pessoas. Hoje, lançamos apenas o processo de discussão da reforma política já com 35 organizações nacionais.

A proposta do MCCE não corre o risco de se tornar inócua se o Congresso votar uma reforma política daqui a algumas semanas?

A pauta da sociedade civil é diferente da pauta dos partidos e dos atuais congressistas. E não estamos certos de que, mesmo com a intenção de colocar a matéria em discussão, qualquer ala no Congresso tenha capacidade de formar a maioria necessária para aprovar uma reforma política. O Congresso não é capaz de fazer mais que mudanças meramente cosméticas e superficiais na legislação.

CONTINUA

“No Brasil, adota-se um falso financiamento privado, em que há desvio de recursos públicos para fins eleitorais (...). O modelo que defendemos é público-privado, sem a doação direta para os partidos e candidatos.”

Projetos buscam facilitar leis de iniciativa popular

▮ No Congresso, há vários projetos que tentam facilitar a apresentação e a tramitação de matérias de iniciativa popular. Em outubro do ano passado, o então senador Tomás Correia (PMDB-RO) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a apresentação desse tipo de projeto com um número de assinaturas muito menor que o 1,4 milhão necessário atualmente.

Hoje, a exigência é de assinaturas de 1% do eleitorado nacional, provenientes de no mínimo cinco estados, com pelo menos 0,3% do eleitorado de cada um desses estados. No entanto, como o número de assinaturas é muito grande e seria necessário conferi-las, os projetos de iniciativa popular acabam sendo “adotados” por parlamentares ou

pelo Executivo, que os apresentam em seu nome. A proposta da Lei da Ficha Limpa, por exemplo, tramitou formalmente como um texto do Executivo.

A proposta de Tomás Correia é que sejam exigidas as assinaturas de apenas 1% dos eleitores do estado em que se deu a iniciativa. No Paraná, por exemplo, bastariam pouco mais de 77 mil assinaturas.

Outro projeto, da ex-senadora Serys Slhessarenko, permite a assinatura eletrônica para declarar apoio a um projeto de iniciativa popular. Além disso, possibilita que propostas desse tipo que não alcancem o apoio mínimo do eleitorado tramitem na forma de sugestão legislativa. Já um projeto da deputada paranaense Rosane Ferreira (PV) permitiria a projetos de iniciativa popular tramitarem em regime de urgência, sem a necessidade de cumprirem as exigências formais, regimentais ou tempo mínimo para serem apreciados.

REFORMA POLÍTICA

ONG do PR será centro de discussão do assunto

Única entidade paranaense a participar do processo de redação do projeto de iniciativa popular da reforma política, a ONG Instituto Atuação vai funcionar como uma espécie de centro de discussão do tema no estado. “A ideia é que sejam o berço da reforma política no Paraná, seja como ponto de encontro para quem quiser participar ou como local para a coleta de assinaturas”, afirma o diretor de projetos da organização, Ramon Bentivenha.

O Instituto Atuação foi criado há dois anos, em meio ao escândalo dos Diários Secretos na Assembleia Legislativa, revelados em uma série de reportagens da **Gazeta do Povo** e da RPC TV. “Nosso principal objetivo é combater a apatia popular e o desconhecimento da política. Queremos fortalecer os laços da sociedade civil para estimular o protagonismo social”, diz Bentivenha.

A entidade funciona na Rua Maurício Callet, 47, no bairro Água Verde, em Curitiba. O telefone é o (41) 3206-8582.

GAZETA DO POVO

Justiça para o consumidor

Cobrança vexatória gera dano moral

Um credor que praticou cobrança vexatória em Jaguariá (PR) teve indenizar por dano moral seus devedores. Na ocasião da cobrança, o credor proferiu palavras de baixo calão a um homem e uma mulher. Cada um deles recebeu R\$ 800. O relator do recurso, juiz Leo Henrique Furtado Araújo, assinalou em seu voto que da forma como agiu o réu, mesmo que credor, ele abusou de seu direito. "A alegação do recorrente acerca de exercício regular do direito não merece acolhimento ante o disposto nos artigos 187 do Código Civil: 'Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes'".

Empresa funerária é condenada por má prestação de serviço

Uma empresa de serviços funerários foi condenada a pagar a um cliente de seu plano de assistência familiar a quantia de R\$ 15 mil de indenização por dano moral devido a falha na prestação do serviço. O consumidor, que havia contratado o plano em 2002, precisou do serviço em 2010, quando sua sogra faleceu, em Maringá. Após providenciar a documentação necessária para o sepultamento, ele procurou um funcionário da empresa, que o informou que o velório seria realizado na Capela Municipal de Cianorte. Porém, ao chegar à Capela, constatou que nada havia sido preparado. Depois de muita desinformação, a empresa sugeriu que a família velasse o corpo em casa. Por fim, o funcionário da empresa sugeriu que o velório fosse realizado no corredor da mencionada Capela Municipal de Cianorte até que uma das salas da capela fosse desocupada.

04 MAR 2013

Cidadão atento

ESTAR NO CENTRO CÍVICO

Venho cobrando há tempo a implantação do EstaR na região do Centro Cívico, em especial perto do Fórum e das sedes do Tribunal de Justiça, sem que haja qualquer retorno. Gostaria de saber por que não se implanta o estacionamento regulamentado na região para promover a maior rotatividade dos veículos.
João Pereira

Resposta

A implantação de áreas do EstaR no Centro Cívico é uma das medidas previstas no projeto de revitalização da Avenida Cândido de Abreu, o qual está fase de readequação, responde a prefeitura.

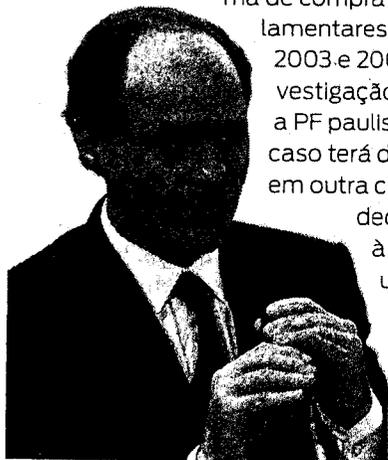
04 MAR 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Dantas escapa

A Polícia Federal (PF) em São Paulo resolveu recusar o inquérito que investiga suspeitas de que o grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, fez doações ilegais ao PT por meio do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. O inquérito é uma entre várias apurações complementares ao processo do mensalão julgado no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal, que apontou desvios de dinheiro público e realização de empréstimos bancários fraudulentos para financiar um esquema de compra de apoio de parlamentares entre os anos de



2003 e 2005. Sobre a investigação do Opportunity, a PF paulista concluiu que o caso terá de ser investigado em outra cidade e, por isso, decidiu remetê-lo à Justiça para que um novo local seja escolhido.

Recadastramento biométrico

10 MILHÕES

de eleitores passam pelo recadastramento biométrico neste ano. O Tribunal Superior Eleitoral promove o recadastramento em mais de 300 municípios de 14 Estados e do Distrito Federal. Além de Brasília, eleitores de oito capitais vão se recadastrar em 2013 pelo sistema biométrico: Boa Vista, Rio Branco, Macapá, Palmas, Teresina, São Luís, João Pessoa e Recife.

CASO ELIZA SAMUDIO

Julgamento de Bruno começa hoje; polícia apura mais suspeitos

IA Justiça de Minas Gerais inicia hoje o julgamento do goleiro Bruno Fernandes de Souza, pela morte de Eliza Samudio, com a investigação do crime ainda incompleta. Também será julgada sua ex-mulher, Dayanne Souza. A polícia mineira admitiu na semana passada que há uma apuração em curso para averiguar a participação de ao menos outras duas pessoas no assassinato de Eliza, em 2010.

A suspeita é que o ex-policia Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de matar Eliza e esconder o corpo, não tenha agido sozinho. Assim, o resultado da investigação pode trazer novas informações sobre executores do crime. Bola, que está preso, nega o homicídio.

Gol contraria Justiça e demite novamente funcionários da Webjet

IA Gol demitiu novamente no fim de semana os funcionários da Webjet, companhia comprada pela empresa em julho de 2011 e que encerrou as atividades em novembro do ano passado. Cerca de 850 trabalhadores haviam sido desligados da empresa em novembro, mas foram readmitidos em dezembro, após uma decisão da Justiça do Trabalho do Rio. Os sindicatos ligados ao setor aéreo acusam a empresa de desrespeitar a Justiça do Trabalho e estudam ações judiciais e protestos para pressionar a Gol. A liminar da Justiça do Rio havia determinado multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador em caso de descumprimento da decisão.

04 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Inquérito sobre homicídio na UTI do Evangélico será entregue hoje ao MP

A delegada do Núcleo de Repressão ao Crime Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, deve entregar hoje ao Ministério Público (MP) do Paraná o inquérito policial sobre as mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba. No dia 19 de fevereiro, a chefe do setor, a médica Virgínia Soares de Souza, foi presa sob acusação de homicídio qualificado. Ela é suspeita de provocar a antecipação da morte de pacientes. O MP terá até cinco dias para oferecer denúncia à Justiça, pedir novas diligências ou arquivar o processo. O advogado da médica, Elias Mattar Assad, disse que vai entregar à Justiça uma lista de erros ocorridos durante as investigações.

BESSA

Baby doctor

O jovem jurista paranaense Alaor Leite, 26 anos, atualmente radicado na Alemanha, onde concluiu doutorado na Universidade Ludwig-Maximilian, de Munique, fará duas palestras nesta segunda-feira, em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas e na Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região. Amanhã, ele vem a Curitiba – onde moram seus pais – para preparar o lançamento de seu livro *Dúvida e erro sobre a proibição no Direito Penal*, agendado para 14 de março, no Museu Oscar Niemeyer.

04 MAR 2013

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Indenização contra Fazenda Pública

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO
HAUER – G. A. HAUER
ADVOGADOS ASSOCIADOS,
sócio fundador geroldo@
gahauer.com.br)

Diante das intermináveis discussões acerca do prazo prescricional para ações contra a Fazenda Pública, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de forma unânime, definiu que prescreve em cinco anos todo e qualquer direito ou ação movida contra a fazenda pública, seja ela federal estadual ou municipal, inclusive indenização por reparação civil.

Em julgamento de recurso repetitivo relatado pelo ministro Mauro Campbell Marques a tese passa a orientar todos os demais tribunais do país em ações que discutem a mesma questão.

O recurso em questão era do município de Londrina, onde a ação de indenização tratava da queda de uma árvore em via pública sobre um automóvel estacionado.

Na instância inaugural a sentença aplicou o artigo 206, parágrafo 3º, inciso V do Código Civil que fixa em três anos o prazo para propositura de ações de reparação civil. Recorrida a sentença ao Tribunal de Justiça do Paraná, houve reforma da decisão, fixando o prazo prescricional em cinco anos conforme o Decreto 20.910/32, por entender que o seu artigo 1º não foi revogado pelo novo Código Civil.

Questionado o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, a tese foi levada à Corte Superior, e o Ministro Relator Mauro Campbell, ao proferir seu voto, reconheceu a necessidade de encerrar o intenso debate na doutrina e na jurisprudência pátria acerca do prazo cabível em ações de indenização contra a fazenda pública decidindo que nas referidas ações indenizatórias deve-se aplicar o prazo quinquenal previsto no artigo 1º do Decreto 20910/32 como acertada decisão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Asseverou o Ministro, como principal argumento que: “tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da norma, muito menos é capaz de determinar a sua revogação.”

Em seu voto, o ministro explicou que a natureza especial do Decreto autoriza a sua aplicação em detrimento do que dispõe o Código Civil. Isso, porque não deve ser desconsiderado o caráter histórico da legislação que regula a prescrição quinquenal nas ações contra a Fazenda Pública, o que foi acompanhado integralmente pelos demais ministros julgadores.

Acolhemos esta decisão com contentamento, pois a fixação do prazo quinquenal protege o direito de indenização do cidadão brasileiro pelos danos sofridos, e decorre, da quase sempre, acertada posição do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

(Colaboração: Carolina Chaves Hauer,
G. A. Hauer Advogados Associados -
geroldo@gahauer.com.br)

04 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Judiciário

O parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera a redação do inciso I do artigo 99 da Constituição Estadual, prevendo alteração no sistema de escolha do presidente e demais dirigentes do Tribunal de Justiça com a participação de todos os 120 desembargadores, será apresentado hoje pelo relator, deputado Elton Welter (PT). Pelas normas atuais, apenas os 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça podem definir a cúpula diretiva do órgão.

Telemarketing

O ex-prefeito Luciano Ducci (PSB) foi condenado pela Justiça a ressarcir a Prefeitura de Curitiba em cerca de R\$ 80 mil. A decisão do juiz Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral é por conta ao uso de telemarketing oficial e do site da Prefeitura em benefício eleitoral pessoal de Ducci. As ações que constam no processo são de 2011, um ano antes do então prefeito concorrer à reeleição. “Realizada e custeada pelos cofres públicos, essa forma de propaganda realizou-se em período pré-eleitoral, no qual o réu Luciano Ducci depois se candidatou à reeleição”, sustentou Amaral. De acordo com o processo, a ligação de telemarketing tinha a temática “Metrô curitibano e Ligeirão azul/Linha Verde”. O valor de R\$ 79.254 foi definido por ter sido o custo da contratação do serviço de telemarketing.

04 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

UTI DO HOSPITAL EVANGÉLICO

Nucrisa entrega inquérito AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Segundo o Departamento de Polícia Civil,
investigações obedecem todos os prazos legais

O Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) entrega, hoje, ao Ministério Público do Paraná (MP-PR), o inquérito sobre as investigações em uma das Unidades de Terapia Intensiva do Hospital Universitário Evangélico, obedecendo a prazos legais, informou o Departamento de Polícia Civil na sexta-feira passada.

Aproveitando para divulgar a informação, a Polícia Civil também emitiu uma nota criticando a forma como foi divulgada parte dos autos do inquérito. No início das investigações, o Nucrisa defendia o sigilo das investigações, posteriormente derrubado pela Justiça a pedido da defesa de uma das médicas presas.

Por sua vez, o criminalista Elias Mattar Assad, que defende a médica Virgínia Helena Soares de Souza, ataca veementemente a investigação, e aponta o que seriam falhas no inquérito. Na sexta-feira ele denunciou que provas importantes — prontuários médicos

da UTI investigada — foram levados pela polícia, o que pode caracterizar contaminação, já que o correto, conforme ele, seria que cópias autênticas tivessem sido levadas ou deixadas no Evangélico.

Na sexta-feira ele disse que entraria com uma "declaração de ilicitude na obtenção de provas", e também protocolaria novamente no Conselho Regional de Medicina (CRM-PR) encaminhamento de cópias de prontuários para instruir procedimento na Entidade. Também na semana passada, duas das médicas presas foram transferidas para a Penitenciária Estadual Feminina de Piquara.

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

04 MAR 2013

Casamento

O TJ do Mato Grosso do Sul autorizou uma adolescente de 15 anos a se casar com o pai de seu filho. O juiz de primeiro grau havia julgado o pedido improcedente com o argumento de que falta maturidade fisiológica necessária para contrair o matrimônio.

Extensão

Estão abertas as inscrições para o curso de extensão "Influências do Direito Romano na Construção do Pensamento Jurídico Ocidental", promovido pelo UNICURITIBA. O curso será ministrado pela professora Maria da Glória Colucci, no dia 16 de março de 2013, das 8 às 12h30. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site www.unicuritiba.edu.br no link Pesquisa e Extensão.

Curso

A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) está com inscrições abertas do curso preparatório 2013 para concursos das carreiras da Magistratura do Trabalho e do MP do Trabalho. As aulas terão início em 11 de março e seguem até novembro, das 19h15 às 22h15, de segunda a quarta-feira. Informações no site www.ematra9.org.br ou pelo fone (41) 3232-3024.

Desligamento

O advogado que não quiser mais exercer a sua profissão tem o direito de deixar livremente a OAB, não podendo o seu desligamento ser condicionado ao pagamento das anuidades atrasadas. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região.

Nulidade

É nula a perícia sobre feita sem intimação do empregador para acompanhar a produção do laudo pericial. Entendimento é da 5ª Turma do TST.

Honorários

A liderança do PTB na Câmara dos Deputados decidiu apoiar a tese dos honorários de sucumbência para os advogados que militam na Justiça Trabalhista. O apoio foi declarado em reunião entre o líder do partido, deputado Jovair Arantes o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado e o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves.

Documentos

A OAB Paraná publicou no último dia 22 edital para dar ciência aos advogados de que, em 30 dias, eliminará os documentos (inscrições, provas e recursos) referentes aos Exames de Ordem dos anos de 1971 a 2007, salvo os que envolvam demanda judicial não transitada em julgado. Os advogados interessados nos documentos a serem eliminados poderão, dentro desse prazo, requerê-los para guarda particular.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 473 do STJ

– O mutuário do SFH não pode ser compelido a contratar o seguro habitacional obrigatório com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada

04 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

A CONDOTA E O DIREITO PENAL

Lembram do "Caso Nardoni" ?

Jônatas Pirkiel

Aquele caso em que o pai e a madrasta (deixou de lembrar os nomes dos mesmos) que mataram a filha e enteada, Anna Carolina Jatobá, jogando-a pela janela do apartamento do prédio em que o pai morava. A menina tinha à época 5anos e o fato comoveu a sociedade brasileira.

Julgados pelos Tribunal do Júri em 2010, o pai foi condenado a 31 anos, um mês e dez dias, e a madrasta, a 26 anos e oito meses. Ambos também foram condenados a oito meses de detenção e 24 dias/multa, por fraude processual. Foi uma condenação que a sociedade entendeu como justa, por não ser possível majorá-la, a ponto de que o fato passou ao esquecimento da imprensa, sempre no aguardo de que algum fato novo pudesse envolvê-los.

Recentemente o casal, através da defesa, formulou pedido de novo julgamento pelo júri, procedimento que era possível diante do tempo da condenação imposta. Porém, o Superior Tribunal de Justiça, em manifestação da relatora ministra Laurita Vaz, negou seguimento ao recurso da defesa que pedia a realização do novo júri, baseado na aplicação dos artigos 607 e 608 do Código de Processo Penal, vigentes à época do crime, porém, revogada antes do julgamento, que permitia um novo júri quando a sentença condenatória fosse de reclusão por tempo igual ou superior a 20 anos.

O pedido foi negado porque este tipo de recurso foi extinto pela Lei 11.689/08. Destaque-se que as condenações do casal já haviam sido reduzidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ao negar o pedido, a ministra Laurita Vaz ressaltou que: "o fato de a lei nova ter extinguido o recurso de protesto por novo júri não afasta o direito à recorribilidade subsistente pela lei anterior. No entanto, para avaliação da possibilidade de utilização de recurso suprimido, a lei que deve ser considerada é aquela vigente no momento em que surge para a parte o direito subjetivo ao recurso, ou seja, quando há a publicação da decisão a ser impugnada – explicou a relatora.

Desta forma, a pena dos condenados deverá ser cumprida, valendo a partir de agora tão somente os benefícios previstos na Lei de Execução Penal.

* O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Anatomia de um crime

SÃO PAULO-Pelas primeiras informações divulgadas, seria o maior escândalo médico da história do país. Num consórcio macabro, médicos, funcionários e a direção de um hospital de Curitiba estariam assassinando pacientes na UTI para substituí-los por outros mais rentáveis e aumentar seu faturamento.

Profissionais foram presos e estão sendo investigados por homicídio doloso qualificado. Surgiram testemunhas descrevendo o inferno. Um delegado anunciou que checaria todos os óbitos ocorridos no hospital nos últimos sete anos.

A história era muito inverossímil desde o início, mas, à medida que o tempo foi passando, a polícia entrou em mais contradições que os suspeitos e o grande escândalo foi murchando. A motivação financeira foi a primeira a ser descartada. Depois, desapareceu misteriosamente o policial que havia sido infiltrado na UTI e, ao longo de dois meses, constatará os abusos. Agora, a polícia diz que obteve autorização judicial para fazer a infiltração, mas desistiu. Surgiu até um erro grave de transcrição no material coletado pelas autoridades.

Ainda é cedo para cravar que não houve nenhum tipo de delito, mas, aparentemente, só o que sobra são algumas declarações meio destrambelhadas da chefe da UTI. Há gravações que registram frases como "Quero desentulhar a UTI, que está me dando coceira". Isso é compatível com a síndrome do "burnout" (esgotamento), comum entre médicos, mas dificilmente uma prova material de assassinato.

Na verdade, se despirmos a frase de seus aspectos mais grosseiros, ficamos com uma verdade. As UTIs brasileiras, de um modo geral, retêm os pacientes por muito tempo. Por aqui, ainda é comum indicar cuidados intensivos para doentes terminais, o que implica altos custos não apenas financeiros como também morais e psicológicos. Essa é uma discussão que, por razões culturais, evitamos, mas deveríamos travar.

02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

JULIO ABRAMCZYK

Da Escola Base à UTI de Curitiba

HÁ 19 anos, os responsáveis pela Escola de Educação Infantil Base foram surpreendidos por um redemoinho de acusações, todas falsas.

02 MAR 2013

Receberam reparação financeira por danos morais mas, para as sequelas dos danos emocionais, não houve nem haverá consolo.

No dia 19 deste mês, foi presa a médica-chefe da UTI de um hospital universitário de Curitiba, onde atuava há vários anos. Dias depois, o mesmo ocorreu com três outros médicos da mesma UTI.

O crime: eutanásia (abreviar a vida, sem dor ou sofrimento, de doente incurável).

Até o dia 23, o Conselho Regional de Medicina do Paraná nunca havia recebido denúncia contra a UTI. Com insistência, solicitou à Polícia cópia dos autos, recebida no dia 26, por decisão judicial.

A direção do hospital, indiferente ao destino dos médicos, apenas comunicou mudanças na equipe.

Da mesma forma que no escândalo da Escola Base, é possível que seja outra a verdadeira história.

Uma UTI dispõe de avançados recursos e tratamentos de suporte a doentes em risco de vida. Os pacientes, encaminhados à UTI, em situação crítica, têm ali maior chance de sobrevivência que no leito comum do hospital.

Apesar disso, segundo explica o professor J. Randall Curtis, da Universidade de Washington, na revista "Lancet", por mais avançados que sejam os recursos de uma UTI, esse é o local onde a morte é comum e cuidados de fim de vida são constantes.

02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Diretor de hospital de Curitiba defende médicos

Segundo ele, prisão de profissionais gerou clima de insegurança na unidade

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Diretor técnico do Hospital Evangélico de Curitiba, o pneumologista Luiz Felipe Mendes disse que o clima no local é “péssimo” desde a operação que prendeu cinco suspeitos de provocar a morte de pacientes na UTI geral.

A chefe do setor, Virgínia Helena Soares de Souza, 56, está presa desde a semana passada. Também foram presos outros três médicos e uma enfermeira. Maior pronto-socorro de Curitiba e região, o hospital atende 92% de seus pacientes pelo SUS (Sistema Único de Saúde), numa média de 2.000 internações e cirurgias por mês.

Nesta semana, porém, cirurgias eletivas foram canceladas devido ao estado emocional dos médicos, e houve queda no número de atendimentos, segundo Mendes.

“Os pacientes questionam, teve uma família que solicitou transferência... Mas isso foi nos primeiros dias [de notícias sobre a investigação policial]”, disse ele à **Folha**.

Segundo o diretor, há agora muita insegurança entre o corpo médico. “A sensação deles é a seguinte: tenho um excesso de pacientes graves, estou fazendo tudo o que a medicina permite, mas há pessoas que morrem. Será que vou ser processado, vou ser incriminado?”

“A sensação deles [médicos] é a seguinte: tenho um excesso de pacientes graves, estou fazendo de tudo, mas há pessoas que morrem. Será que vou ser processado?”

LUIZ FELIPE MENDES
diretor do Hospital Evangélico de Curitiba

Para ele, o exercício da medicina está em risco. “As pessoas falam o que querem, muitas vezes movidas pela emoção, e não é mais salvaguardado o direito de defesa.”

A UTI geral, alvo das investigações, está fechada, à espera da nova equipe que assumirá os leitos. A reabertura deve ocorrer na semana que vem, com o nome UTI 1.

Mendes nega a possibilidade de que a diretoria soubesse dos supostos crimes. “Refutamos veementemente isso. Há uma comissão de ética médica no hospital, um comitê de revisão de prontuários, de óbitos... E ninguém falaria nada?”, questiona.

O diretor defende Virgínia e os demais profissionais presos. “Até que se prove o contrário, a gente acredita na inocência dessas pessoas.”

A defesa deles nega que tenham cometido crimes.

PROBLEMAS

Virgínia chefiava a UTI desde 2006, mas já trabalhava no lugar havia mais de 20 anos.

Em 2010, a Vigilância Sanitária autuou o hospital após encontrar bitucas de cigarro na UTI geral. A direção do hospital diz que a médica era a responsável, mas não repetiu o ato. Em 2011, ela foi afastada por um mês em razão de problemas com uma colega.

02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Código Civil e suas mudanças

WALTER CENEVIVA

**Os códigos fundamentais,
próprios do passado do
direito, já entraram no
estágio de substituição**

NA PRIMEIRA metade do século 20, os códigos ainda eram uma espécie de bíblia imprescindível de todo o conjunto das normas vigentes. Cada código regulava, em princípio, todo ou quase todo segmento do direito envolvido nas práticas da vida.

A tradição da força da lei codificada encontrou bom apoio no Código Civil francês de 1804. A redação, orientada por Napoleão Bonaparte, foi no sentido de que fosse escrito com tal clareza que nenhum cidadão deixasse de compreendê-lo.

Referido como "Code Napoleon", em sua esteira servem de exemplo codificações civis da Alemanha e da Suíça. Depois se espalharam, aí incluído nosso Código Civil de 1916.

Os tempos mudaram. Impôs-se o ajuste da lei a um universo mutante. A grande massa do direito foi dividida em partes cada vez menores.

O tipo compacto dos códigos foi superado, aos poucos, por leis específicas, uma para cada alternativa inovadora da concentração urbana, da industrialização e dos inventos que mudaram a vida e a família.

O exemplo mais atual desse resumo está em nosso Código Civil, que começou a vigorar em 11 de janeiro de 2003. A concentração do interesse predominante dos juristas nas emendas da norma codificada marcou o último decênio.

Em breve repasse da parte geral, contei 25 artigos e parágrafos emendados ou substituídos até o art. 232.

Daí até o art. 2046, foram 45 alterações na parte especial. Total: 70 mudanças. Sete por ano, em média.

Além do Código, há, no direito civil brasileiro, mais de quarenta tipos de leis envolvidas.

É o caso — entre outros exemplos — das questões de família, da criança e adolescente e do idoso. Sem falar na união estável ou no casamento entre parceiros do mesmo sexo.

Ou seja: apesar da atualização do Código e de sua qualidade, é enorme o conjunto dos direitos estranhos à regra codificada. Como isso é possível? O cidadão comum tem dificuldade em encontrar resposta para seus problemas. Ou até mesmo para entendê-los.

Uma crítica é válida, pela evidência da disparidade jurídica entre situações encontradas na França do século 19, comparadas com as situações de hoje, no Brasil.

Haverá modo qualificado de superar a confusão? Ela é gerada pelas mudanças da sociedade heterogênea de nosso tempo, com os progressos da eletrônica, do transporte aéreo, da energia elétrica, do sistema bancário e da comunicação instantânea mundial.

Pensando a questão em termos de direito, a resposta é difícil. A curto prazo, continuaremos navegando pela confusão encontrada no campo das múltiplas alternativas e das etapas no rumo do domínio completo de alterações extremas nos padrões da vida.

Lembremos que no hemisfério sul do planeta Terra, a densidade de ocupação territorial é muito mais baixa que no hemisfério norte.

Lá como cá, porém, os códigos fundamentais, próprios do passado do direito, já entraram no estágio de substituição de seus articulados específicos para o dos grandes princípios e fundamentos como parâmetros gerais da vida em grupo.

Até que esse caminho seja percorrido, continuaremos sofrendo com a confusão. Anote, porém: falamos só do direito civil. Quando ajustarmos a grande massa das leis gerais ao novo perfil do progresso, teremos compreendido quanto o primeiro passo foi precioso.

02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça anula multa de publicidade infantil

Sadia, Del Valle e Nestlé conseguiram anular punições relativas a campanhas e promoções dirigidas a crianças

Procon diz que vai recorrer; cerca de 20 empresas já foram multadas por abusos na publicidade infantil

A Justiça de São Paulo anulou três multas aplicadas pelo Procon de São Paulo por abusos relacionados à publicidade infantil.

Entre 2007 e 2009, Sadia, Del Valle e Nestlé foram multadas por promoções que, na visão do órgão de defesa do consumidor, abusavam da falta de capacidade de julgamento das crianças para aumentar as vendas. O Procon ainda pode recorrer.

A decisão que anulou a multa de R\$ 305 mil aplicada à Sadia é de segunda instância. As decisões favoráveis à Del Valle (anulando multa de R\$ 37 mil) e à Nestlé (R\$ 407 mil) foram em primeira instância.

Renan Ferraciolli, assessor-chefe do Procon-SP, diz que o órgão vai recorrer. Ele acredita que a questão deverá ser decidida no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“Sustentamos nosso argumento. Para que dirigir a estratégia comercial para quem não tem capacidade de entender e nem sequer vai adquirir o produto? A criança influencia, mas não decide. A comunicação não deve ser dirigida à criança.”

Nos últimos cinco anos, o Procon-SP multou quase 20 empresas, em mais de R\$ 12 milhões, por questões ligadas à publicidade infantil.

Ferraciolli não descarta novas derrotas no Tribunal de Justiça de São Paulo. “O

risco existe. É 50% de chance para cada lado”, diz. “Mas acreditamos que a posição do Procon é sustentável do ponto de vista jurídico e representa o anseio dos pais.”

Procuradas, Nestlé e Sadia (hoje-BRF) não quiseram comentar. A Del Valle não respondeu às ligações até o fechamento desta edição.

Para o presidente da Abap (Associação Brasileira das Agências de Publicidade), Luiz Lara, a pressão da sociedade é “saudável” e a Justiça “está aí para proporcionar o equilíbrio entre as partes”. “O mundo não é preto e branco, pode haver abusos, mas acredito que o arcabouço jurídico existente é suficiente para tratar dessa questão”, diz ele.

CONAR

Novas regras do Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) proibindo merchandising de produtos infantis em programas voltados para crianças, entraram em vigor ontem.

Apesar de reconhecerem “um avanço” nas novas regras”, o Procon e o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) divulgaram nota criticando a timidez do conselho. “O Conar demorou 20 anos para falar o óbvio e reafirmar preceitos que estão no código do consumidor”, diz Ferraciolli.

As entidades defendem a proibição total de merchandising na programação infanto-juvenil, mesmo no caso de produtos para adultos.

“Confiamos na capacidade do Conar e do mercado publicitário de fazer cumprir as novas normas, que apenas aperfeiçoam aquelas já em vigor”, disse o presidente do Conar, Gilberto Leifert. “Oferecemos nossa contribuição dentro do que está ao nosso alcance: a autorregulamentação, a adesão voluntária e unânime do mercado publicitário às regras éticas.”

CONTINUA

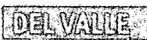
02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PUBLICIDADE INFANTIL

Em cinco anos, Procon multou quase 20 empresas em mais de R\$ 12 milhões

| |  |  |  |
|--------------------------------|--|---|---|
| COMO ERA A PROMOÇÃO | Troca de selos de embalagem por bonecos de pelúcia | Distribuição de prêmios e participação em filme da Xuxa | Distribuição de bonecos mediante compra do produto |
| VEICULAÇÃO | jul.2007 | mar.2009 | abr.2008 |
| JUSTIFICATIVA DO PROCON | Venda casada. Propaganda abusiva. Incentivo ao consumo de alimento pouco nutritivo | Uso de comandos imperativos para incentivar a compra dos produtos | Propaganda abusiva |
| MULTA E DECISÃO | R\$ 305.493,33 Anulada (2ª instância) em 27.nov.2011 | R\$ 407.324,45 Anulada (1ª instância) em 14.fev.2013 | R\$ 37.093,33. Anulada (1ª instância) em 16.jan.2013 |

02 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Cristina anuncia pacote para Judiciário

Presidente da Argentina, que está em conflito com juizes, mandará ao Congresso leis para 'democratizar' Justiça

Presidente da Argentina quer 'democratizar' Justiça do país

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, enviará um pacote de leis ao Congresso para "democratizar a Justiça", incluindo eleger pelo voto popular os integrantes do principal conselho nacional de Justiça.

Pela projeto, o órgão teria, além de advogados e membros do Legislativo e do Executivo, representantes de outras profissões.

Entre as medidas que ela anunciou estão eleição para órgão de controle externo e a restrição a liminares

Em um discurso de 3h45 de duração na abertura das atividades do Congresso argentino, ontem, a presidente Cristina Kirchner anunciou que enviará ao Congresso na semana que vem um pacote de leis com o objetivo de "democratizar a Justiça".

Segundo a proposta, todos os integrantes do Conselho da Magistratura (equivalente ao Conselho Nacional de Justiça no Brasil) deverão ser eleitos por meio de voto popular e representantes de outras profissões, como "médicos, contadores e psicólogos" devem passar a integrá-lo.

Hoje, o órgão é formado por representantes dos poderes Executivo e Legislativo e advogados. "É preciso dar a esse órgão uma representação popular, onde a sociedade se veja representada", disse Cristina.

Entre a audiência, composta por ministros, deputados e apoiadores, estavam também líderes da oposição e o presidente da Corte Suprema, Ricardo Lorenzetti, que não se pronunciou sobre a decisão de Cristina.

Na última segunda-feira, Lorenzetti fez um discurso na Corte em que alertava para os riscos do avanço do Executivo em relação ao Judiciário.

A presidente e a Justiça argentina encontram-se em conflito desde dezembro, quando o governo não conseguiu aplicar na íntegra a nova Lei de Mídia, pois a Justiça manteve uma liminar obtida pelo grupo "Clarín", principal alvo.

Sem dar detalhes, ela propôs mudanças na emissão destas liminares. Disse que hoje em dia são concedidas de maneira muito corriqueira e travam a Justiça.

"As liminares se transformaram em uma verdadeira distorção do direito e uma fonte de injustiça, desigualdade e de negação de administração da Justiça", disse.

Apesar disso, Cristina reforçou que não proporá uma reforma da Constituição e que respeitará a estrutura interna de decisões da Justiça.

No pacote de leis também está uma proposta para estabelecer um sistema de concurso público e que os juizes paguem imposto de renda.

Cristina respondeu às críticas pelo acordo estabelecido com o Irã para a investigação do atentado à entidade judaica AMIA, em julho de 1994.

Familiares das vítimas e a oposição afirmaram que o acordo favorece o Irã e que Cristina o havia proposto devido aos negócios entre os dois países, que envolveriam armas nucleares.

"Este governo jamais negociou com o Irã em matéria nuclear", disse.

Defendeu que o acordo permitirá colher depoimentos dos acusados e descobrir quem ajudou a encobrir o assunto na Argentina.

"Eu quero saber o que aconteceu dentro, quem foram as pessoas que encobriram, que esconderam as provas, eu mereço e os familiares merecem." Depois, porém, alertou que é "muito difícil esclarecer um crime depois que passa muito tempo".

03 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Juízes dizem que Barbosa pensa ser 'detentor da verdade'

DE SÃO PAULO— Em momento de grande tensão entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, e setores da magistratura, as três maiores entidades de juízes do país (AMB, Ajufe, e Anamatra) afirmaram que ele vive uma situação de “isolacionismo” e “parte do pressuposto de ser o único detentor da verdade”.

O texto rebate críticas de Barbosa a juízes, entre elas a de que os magistrados têm mentalidade “pró impunidade”.

Segundo a nota, as declarações mostram “a forma preconceituosa, generalista, superficial e, sobretudo, desrespeitosa com que o ministro Barbosa enxerga os membros do Poder Judiciário brasileiro”.

De acordo com o texto, as associações “não têm sido ouvidas [por Barbosa]” e “a violência simbólica das palavras do ministro acendem o aviso de alerta contra eventuais tentativas de se diminuir a liberdade e a independência da magistratura brasileira. A sociedade não pode aceitar isso”.

03 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do Trabalho condena Ford a pagar multa de R\$ 400 milhões

DE SÃO PAULO - A Ford do Brasil foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar multa de R\$ 400 milhões em um processo em que é acusada de contratação ilícita de funcionários terceirizados em sua unidade de Tatuí (SP), onde mantém campo de provas e um centro de desenvolvimento. Ainda cabe recurso da sentença.

Na ação, o Ministério Público do Trabalho acusa a montadora de burlar direitos trabalhistas para reduzir custos de produção e, assim, obter vantagens econômicas.

A terceirização de mão de obra pela montadora teria ocorrido nos últimos 12 anos por meio da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape).

A organização teria prestado serviços essenciais à atividade da montadora, o que é proibido por lei. Ela também foi condenada na sentença.

A decisão de primeira instância ordenou a extinção da Avape e a recontração, pela Ford, de 280 empregados da entidade que prestavam serviços à empresa. A multa por descumprimento é de R\$ 500 mil por dia.

OUTROLADO

Em nota, a Ford informou que não iria se pronunciar "pois aguarda uma solução final do processo por parte dos órgãos competentes".

A reportagem não localizou advogados ou representantes da Avape.

Morre a 240ª vítima do incêndio na Kiss

DE PORTO ALEGRE - Morreu na manhã de ontem Pedro Falcão Pinheiro, 25, a 240ª vítima do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS). Pinheiro estava internado desde 27 de janeiro, data da tragédia, no Hospital Cristo Redentor,

em Porto Alegre. Ele era natural de Santana do Livramento (RS) e morava em Santa Maria, onde estudava na Unifra (Centro Universitário Franciscano) e trabalhava na América Latina Logística. Cerca de 20 sobreviventes ainda estão internados.

GASPARI

EREMILDO, O IDIOTA

A doutora Eliana Calmon, que fez fama pelo rigor com que ocupou a Corregedoria Nacional de Justiça, recebeu no ano passado R\$ 84,8 mil de auxílios alimentação atrasados. Isso sem contar seu salário de R\$ 25,3 mil mensais.

Eremildo é um idiota, sabe que ela gosta de cozinhar e lembra que todos os pares da doutora recebem essa Bolsa Marmita.

Como a doutora não passou fome no período em que não recebeu o auxílio, o cretino teme que, ao receber cheques semelhantes, o Judiciário brasileiro erre a mão e morra empanturrado. Com essa grana podem-se comprar 14.133 Big Macs, ou 38 sanduíches por dia durante um ano.

PAINEL

Vale a pena... Advogados do mensalão acusam Joaquim Barbosa de ignorar a hipótese de novos pedidos de vista na fase de embargos, ao prever a prisão dos condenados até julho. Entendem que ministros do STF, sobretudo Teori Zavascki, que substituiu Cezar Peluso, têm direito de se valer do recurso.

... ver de novo? Marco Aurélio Mello admite a possibilidade, mas a trata com ironia: "Depois de cinco meses julgando o caso, alguém vai pedir vista? Se houver, poderemos dizer que terão perdido de vista o processo".

Cronologia Além disso, advogados criticam a prioridade da publicação do acórdão do julgamento em detrimento de outros que o precedem em antiguidade. "Furar a fila não tem respaldo na legalidade", diz Luiz Pacheco, defensor de José Genoino.

03 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Advogados vão à Argentina fazer doutorado 'express'

Cursos têm aulas intensivas nos meses de janeiro e julho; pesquisa é feita à distância

FLÁVIA FOREQUE
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Advogados brasileiros têm investido cada vez mais numa modalidade "express" de cursos de doutorado, ofertada principalmente por universidades da Argentina.

O modelo é criticado pela Capes, responsável por avaliar os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Mas é recomendado no país por empresas e entidades de classe diante da "possibilidade de conciliação de tempo para pessoas atarefadas", como afirma um dos sites de divulgação dos cursos.

Esse tipo de pós-graduação está tão popular que, segundo estimativa da Capes, há três vezes mais estudantes de doutorado em direito na Argentina do que em território nacional. Aqui, segundo números de 2011, há 1.590 matriculados em doutorados de direito.

O aumento do fluxo de brasileiros para o vizinho vem preocupando o órgão, que aponta a fragilidade desses cursos. Para a Capes, há o surgimento de um "mercado paralelo" para burlar as exigências de abertura de novas vagas de pós-graduação no Brasil.

Nesse modelo de doutorado, as aulas presenciais acontecem num período de duas semanas, em janeiro e julho, com uma carga horária média de nove horas por dia. O aluno desenvolve sua pesquisa à distância e retorna ao país vizinho para apresentar a tese perante a banca de docentes.

"Como um professor que

dá dez horas de aula pode dar orientação para esse aluno? E quando o aluno termina os 15 dias de aula, ele volta para suas atividades. É uma qualidade extremamente duvidosa", afirmou Martonio Lima, coordenador da área de direito na Capes.

O elevado número de alunos para cada orientador, o baixo convívio acadêmico e a não exigência de mestrado como pré-requisito são alguns pontos que diferenciam o doutorado brasileiro do modelo intensivo, aponta Lima.

Procuradas pela **Folha**, entidades que divulgam as vagas no país vizinho alegam uma "reserva de mercado" no Brasil, daí a grande demanda pelos cursos argentinos.

"As pessoas buscam alternativas, já que no Brasil só uma minoria consegue o ingresso", disse Thiago Gonzaga, coordenador da Lego Cursos.

Uma das parceiras da empresa é a UMSA (Universidad del Museo Social Argentino), que organiza turmas somente para brasileiros. A Universidad Católica Argentina e a Universidad Nacional de Lomas de Zamora também oferecem cursos intensivos.

As entidades lembram ainda que a carga horária de aulas presenciais dos cursos argentinos (360 horas) é a mesma exigida no Brasil.

"No Brasil há esse equívoco: confundem os cursos de pós-graduação com presença em aula. Em strictu sensu [mestrado e doutorado], o que se exige é pesquisa", diz Elpidio Donizetti, do Iunib (Instituto Universitário Brasileiro).

03 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Moradores vão à Justiça para tentar manter ruas fechadas

Com portões e cancelas, vias estão "fora da lei",
na avaliação da prefeitura

Ações incluem até áreas com praça dentro; locais são livres para pedestres e irrelevantes ao trânsito, argumentam moradores

Na Justiça, os argumentos não têm dado certo. Dos casos julgados, apenas um foi favorável aos moradores, porque a juíza entendeu que a prefeitura não embasou a notificação.

No Alto da Boa Vista (área nobre na zona sul), moradores do próprio bairro denunciaram o fechamento da rua Carlo Rainaldi. A prefeitura mandou abri-la, porque ali há uma praça.

Os moradores da via, então, entraram na Justiça e conseguiram uma liminar que garante que o portão fica por lá até que a ação seja julgada.

"Antes de fechar, tivemos vários casos de assalto e as pessoas iam à praça para usar drogas. Depois do portão, só tivemos um roubo e a praça está um brinco", comenta a moradora Daniela Guimarães, 42.

Para a diretora da Sajape (associação de moradores da região), é bem-vindo o fato de os moradores terem revitalizado a praça. "Mas, por ter esse espaço, que é público, não poderiam fechar a rua."

Segundo a prefeitura, há hoje cerca de 500 ruas fechadas com autorização em São Paulo. De 2009 até fevereiro deste ano, foram analisados 66 pedidos — 57 tiveram parecer favorável da CET.

A pacata rua Georges Agrícola, no Morumbi (zona oeste de São Paulo), com suas oito mansões e seguranças na calçada, está no meio de uma disputa judicial: após mais de 25 anos com portão na entrada, a prefeitura mandou abrir o acesso à via.

Inconformado, o empresário Reinaldo Kherlakian, dono da Galeria Pagé e morador da rua, recorreu à Justiça. Até sair a decisão final, o portão tem que ficar fora de cena.

"Ali não é uma rota de carros, não dá acesso a lugar algum", argumenta o advogado Luciano Lamano, que representa o empresário.

O caso de Kherlakian não é o único. A **Folha** localizou 19 ações de paulistanos que foram à Justiça para tentar manter ruas fechadas com portões ou cancelas, após serem notificados pela Prefeitura de São Paulo a abri-las.

Por lei, o fechamento é autorizado só para veículos, em ruas de vila, sem saída ou com "características de rua sem saída" — ou seja, em que há apenas trânsito dos moradores.

Para a prefeitura, as vias notificadas não se enquadram dentro do exigido.

No caso da rua no Morumbi, um parecer da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) diz que ela está ligada à malha viária da cidade. Mas também há casos de locais que abrigam praças, por exemplo.

Em geral, os moradores argumentam que a rua ficou fechada anos sem que houvesse problemas, que a praça ou área verde é conservada por eles e aberta para pedestres e que as vias são irrelevantes para o trânsito.

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Pará dá cargos a parentes de desembargadores

Ao menos 2 magistrados continuam julgando questões do Estado, contrariando o CNJ

Parentes de desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará têm sido nomeados para cargos na "assessoria especial" do governo paraense, comandado pelo tucano Simão Jatene.

Os assessores especiais estão formalmente ligados à Casa Civil, cúpula do governo, e podem atuar em qualquer área. Além dos que ganharam o cargo no atual governo, há parentes de desembargadores que mantêm o emprego desde gestões anteriores.

Por causa disso, em fevereiro de 2012, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) recomendou a esses magistrados que não julgassem causas envolvendo o Estado.

Também chegou a pedir, em 2011, que o TJ-PA investigasse a questão. O tribunal respondeu não ter identificado nepotismo cruzado, e o procedimento foi arquivado.

A **Folha** revelou ontem que parentes do governador, de sua mulher e de sua ex-mulher ocupam cargos comissionados em órgãos do Pará.

O conselheiro do CNJ Silvio Rocha recomendou aos desembargadores "que se abstenham de julgar causas em que o Estado do Pará ou suas entidades sejam partes, com vistas a preservar a imparcialidade e a idoneidade da magistratura, enquanto os respectivos parentes ocuparem cargos comissionados na administração do Estado".

A **Folha** identificou cinco desembargadores nessa situação: Cláudio Montalvão

das Neves (mulher nomeada em 2011), Constantino Guerreiro (duas filhas nomeadas em 2011), João Maroja (filha nomeada em gestão anterior), Rômulo Nunes (mulher nomeada em gestão anterior) e Ricardo Nunes (mulher nomeada em gestão anterior).

Ao menos dois deles continuam julgando casos ligados ao Estado porque dizem não ver problemas.

OUTRO LADO

O desembargador Cláudio Montalvão diz que, se não pode julgar contra o Estado por ter a mulher nomeada, os ministros dos tribunais superiores também não podem julgar contra a União porque são nomeados pela presidente. "Continuo julgando e até já julguei contra o Estado."

Maroja diz que sua filha foi indicada para o cargo por um colega desembargador e que não se vê impedido porque ela não trabalha diretamente com o governador.

Ricardo Nunes diz não ver problemas, pois não emprega nenhum parente do governador em seu gabinete.

O desembargador Rômulo Nunes disse, por meio de seu gabinete, que os procedimentos que investigavam irregularidades na nomeação de parentes foram arquivados pelo CNJ, pelo Ministério Público do Pará e pelo TJ-PA.

Constantino Guerreiro havia dito à reportagem em 2011, quando a OAB do Pará fez uma denúncia sobre seu caso, que não há irregularidade na nomeação de suas filhas por terem recebido convite para trabalhar no Executivo, e não no Judiciário.

O governo do Pará afirma que reduziu o número de assessores especiais e que o critério para a escolha deles é técnico.

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

O valor da prova indireta

MILTON FORNAZARI JUNIOR

Há uma grita de parcela dos advogados criminalistas contra os tribunais superiores pela utilização de provas indiretas para fundamentar a condenação de acusados em crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro.

Alegam eles que a utilização da chamada teoria do domínio do fato levaria à condenação de pessoas com base em meros indícios, em afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Não é verdadeira a alegação. Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a teoria do domínio do fato apenas admite que se distinga a figura do mandante do crime e, acertadamente, determina que seja ele responsabilizado pelo crime, juntamente com o mero executor, ambos como coautores.

Por outro lado, para que haja a condenação do mandante é preciso que existam provas contra ele e isso nada mais tem a ver com a teoria do domínio do fato, mas, sim, com as provas produzidas na persecução penal.

Nas espécies dos crimes citados, de costumeira e elevada complexidade, quase sempre é muito difícil comprovar diretamente o envolvimento dos seus mandantes, ou seja, daqueles que ocupam o ápice das organizações criminosas e idealizam toda a engenharia criminoso, muitas vezes entre quatro paredes.

Essas pessoas são geralmente as

Para viabilizar a condenação em crimes complexos, é preciso considerar fatos acessórios que, por indução, levem ao autor do delito

mais poderosas e deixam a execução dos crimes para outros, menos importantes e de pouco conhecimento no esquema criminoso, o que revela maior nocividade para a sociedade.

Para que seja possível a condenação, é necessário que o juiz tenha também para apreciação as chamadas provas indiretas.

Elas estão previstas no artigo 239 do Código de Processo Penal e referem-se a um conjunto de fatos provados, mas acessórios e circunstanciais ao crime, os quais, por indução, permitem concluir pela existência da ocorrência do próprio crime e do seu autor.

Essa modalidade de prova nada tem a ver com a presunção, tampouco com o conceito de indícios para fins de conhecimento da acusação (suficiência ou não de elementos probatórios que permitam o indiciamento e o início da ação penal).

Assim como as provas diretas, as indiretas podem e devem ser apreciadas pelo juiz quando da análise da condenação, uma vez que no nosso sistema processual vige o princípio da livre e fundamentada valora-

ção da prova pelo juiz (artigo 157 do Código de Processo Penal), o que se coaduna com todos os princípios constitucionais em matéria penal.

Exige-se para isso que as provas indiretas, assim como quaisquer outras, sejam categóricas para a condenação de um indivíduo. Ou seja, sejam devidamente suficientes para afastar todas as dúvidas razoáveis da inocência do acusado.

Para isso, é preciso que as provas indiretas sejam constituídas por fatos diretamente provados, relacionados entre si e com o crime, bem como que a conclusão do crime e sua autoria fluam naturalmente do conjunto das provas indiretas, segundo as regras da lógica e da experiência humana.

Por fim, todo o raciocínio utilizado deve estar expressamente fundamentado na sentença, permitindo o devido controle de razoabilidade da decisão.

O uso das provas indiretas para a condenação de criminosos envolvidos em lavagem de dinheiro e corrupção já é largamente empregado nos países mais desenvolvidos no combate a esses crimes, em especial Estados Unidos e Espanha, ambos com diversas decisões judiciais paradigmáticas nesse sentido.

MILTON FORNAZARI JUNIOR, mestre em direito penal, é delegado da Polícia Federal na Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros em São Paulo

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende estreia de peça sobre Isabella Nardoni

Desembargador atende a pedido da mãe da garota morta em 2008 e diz que espetáculo viola a imagem dela

A Justiça suspendeu a estreia do espetáculo "Edifício London", que ocorreria anteontem no Satyros 1, em São Paulo. A peça se baseia no caso Isabella Nardoni, menina de cinco anos que morreu em 2008 após ser jogada do sexto andar do prédio onde moravam o pai e a madrasta.

A decisão do desembargador Marcelo Fortes Barbosa Filho, da 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, atendeu a pedido da mãe de Isabella, Ana Carolina Oliveira, que entrou com uma ação pedindo o cancelamento da peça.

Segundo a decisão judicial, a peça faz "remissão direta ao homicídio de que sua filha foi vítima, na qual, 'em verdadeira aberração', é, inclusive, lançada uma boneca decapitada por uma janela, configurando violação à imagem de sua filha morta e efetiva agressão a sua pessoa".

O desembargador fixou uma multa de R\$ 10 mil, caso a peça seja encenada.

Em nota, a companhia teatral Os Satyros afirma que serão adotadas medidas para fazer valer o artigo 5º da Constituição brasileira, "que diz, de forma clara e precisa, que 'é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença'."

Autor da peça, Lucas Arantes diz que buscou criar uma história original apenas com referências à morte de Isabella. "A peça não se parece com o que saiu nos jornais, pois minha busca foi de criar uma mitologia universal."

Rodolfo García Vázquez, diretor do grupo Os Satyros, disse que não poderia se manifestar porque o processo corre em segredo de Justiça.

A peça chegou a ser exibida numa espécie de pré-estreia em Ribeirão Preto (SP), em setembro passado.

Já o texto da peça foi publicado em livro pela Editora Coruja (R\$ 10, 110 págs.) em novembro passado.

COMOÇÃO

A morte de Isabella Nardoni em 29 de março de 2008 causou comoção no país.

Na ocasião, seu pai, Alexandre Alves Nardoni, e sua madrasta, Anna Carolina Trotta Jatobá, afirmaram à polícia que uma pessoa pode ter invadido o apartamento e jogado a menina da janela.

Em março de 2010, Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Trotta Jatobá foram condenados por homicídio triplamente qualificado e fraude processual (por ter alterado a cena do crime).

Alexandre recebeu pena de 31 anos, um mês e dez dias de prisão, e Anna Carolina, de 26 anos e oito meses. Ambos negam o crime.

MÔNICA BERGAMO

EM BLOCO

A posse do ministro Carlos Alberto Reis de Paula na presidência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) será animada por Paulinho Pedra Azul e pelo bloco afro-baianos Olodum Mirim. Ele será o primeiro negro a assumir o comando da corte.

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Polícia deve concluir hoje inquérito sobre mortes em UTI

DE PORTO ALEGRE - A Polícia Civil do Paraná deve encerrar hoje o inquérito que apura se médicos provocaram a morte de pacientes na UTI do Hospital Universitário Evangélico, um dos principais de Curitiba.

A médica Virgínia Helena Soares de Souza, chefe da unidade, três anestesistas e uma enfermeira estão presos. Todos negam as acusações.

A polícia suspeita que Virgínia apressava a morte de pacientes terminais, supostamente para liberar leitos.

Anteontem, o "Jornal Nacional" divulgou gravações atribuídas à médica e feitas em janeiro. "Pelo amor de Deus, tem alguns doentes que estão mortos. Então, vai desligando as coisas que não tem sentido", diz ela uma funcionária. "Eles estão muito ruins, a gente não tem o que fazer."

O advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, afirma que as declarações estão sendo divulgadas sem levar em conta o contexto em que foram feitas e as circunstâncias do trabalho numa UTI. "Todos os atos dela foram atos médicos, que não podem ser questionados nem avaliados por pessoas que não sejam médicas."

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Bruno vai a júri hoje com crime em apuração

Polícia de Minas admitiu na semana passada que ainda investiga ao menos 2 suspeitos de participar da morte de Eliza

Para advogados, situação pode até anular todo o processo; inquérito ocorre em sigilo, diz polícia

A Justiça de Minas Gerais inicia hoje o julgamento do goleiro Bruno Fernandes de Souza, pela morte de Eliza Samudio, com a investigação do crime ainda incompleta. Também será julgada sua ex-mulher, Dayanne Souza.

A polícia mineira admitiu na semana passada que há uma apuração em curso para averiguar a participação de ao menos outras duas pessoas no assassinato de Eliza, em 2010.

A suspeita é a de que o ex-policia! Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de matar Eliza e esconder o corpo, não tenha agido sozinho. Assim, o resultado da investigação pode trazer novas informações sobre executores do crime e até mandante. Bola, que está preso, nega o homicídio.

Para advogados, é “temerário” dar continuidade a um julgamento quando há uma investigação em andamento.

Há risco, dizem eles, até de anulação de todo o processo.

“Acho temerário levar alguém para julgamento sabendo que a investigação ainda está em curso. Pode-se pedir o sobrestamento [paralisação] enquanto todo os elementos não vierem ao processo”, afirma o criminalista Augusto de Arruda Botelho.

Esse pedido precisa ser feito pela defesa à Justiça de Contagem, na Grande Belo Horizonte, onde haverá o júri.

CIRCUNSTÂNCIAS

Para o também criminalista Roberto Soares Garcia, o Código de Processo Penal exige que a denúncia da Promotoria contenha “todas as circunstâncias do fato”.

“Se para a denúncia ser válida se exige que todas as circunstâncias do fato estejam nela, como se pode admitir uma circunstância relevante ainda em investigação?”, diz.

“Toda investigação você sabe como começa, mas não sabe como termina. Pode ocorrer informações importantes que mudem os rumos dos acontecimentos”, explica o criminalista Luiz Flávio Gomes.

Segundo os advogados, caso Bruno seja absolvido no julgamento e, depois, a investigação trazer mais elementos de sua participação, o Ministério Público poderá recorrer, mas desde que não tenha se esgotado as possibilidades de recurso. Aí, nada poderá mudar a decisão dos jurados.

ZEZÉ

Uma das pessoas ainda investigadas é o ex-policia! José Lauriano de Assis Filho, o Zezé, que, conforme a **Folha** revelou em novembro, trocou 37 telefonemas e mensagens com os principais personagens na época do crime.

Ele falou com o já condenado Luiz Henrique Romão, o Macarrão, Dayanne e Bola. Na noite de 10 de junho, mais ou menos entre as 22h e as 23h, horário que em que a jovem pode ter sido morta, Zezé trocou três telefonemas com Bola.

A suposta participação de Zezé foi apontada no julgamento de Macarrão, em novembro passado, pelo preso Jaílson de Oliveira. Ele disse que Zezé ajudou Bola.

O julgamento de Bola está previsto para 22 de abril. Para os advogados, as incertezas levantadas pela nova investigação favorecem sua defesa, pois trazem dúvidas sobre a execução do crime.

CONTINUA

04 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

BANCO DOS RÉUS

Ex-goleiro Bruno começa ser julgado hoje



A ACUSAÇÃO

Bruno é acusado de ter planejado o sequestro e morte de Eliza Samudio, sua amante. Ele nega o crime. A moça desapareceu em junho de 2010



Polícia de MG diz que investigação ocorre em sigilo

A Polícia Civil de Minas informou que, por ser tratar de inquérito em sigilo, não pode dar informações sobre a investigação em curso. Apenas confirmou sua existência.

Em novembro, após testemunha apontar a participação de então policial José Lauriano de Assis Filho, o Zézé, na morte de Eliza Samudio, o atual promotor do caso, Henry Wagner de Castro, disse que sempre houve suspeita contra ele.

“Zezé era suspeito desde o início das investigações. Mas naquele momento os indícios não eram satisfatórios para justificar um processo penal. Tínhamos dados objetivos, mas não tínhamos nenhuma prova oral que alinhasse tudo”, afirmou ele.

Na semana passada, Castro foi procurado para comentar o assunto, mas não atendeu à reportagem.

OUTROS ENVOLVIDOS

Além de Bruno, devem voltar ao banco dos réus:



Dayanne Souza
Ex-mulher dele, (acusada de sequestro e cárcere privado)



Marcos Aparecido dos Santos (Bola)
Ex-policial, suposto executor

CONDENADOS

Quem já foi condenado pela morte de Eliza

- 1 Macarrão, secretário do ex-goleiro
- 2 Fernanda Gomes de Castro, namorada de Bruno na época
- 3 Jorge Luís Rosa, então adolescente, primo de Bruno

02 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Promoção

Justiça condena ex-prefeito por uso do telemarketing e sites oficiais antes da campanha pra reeleição. Ainda cabe recurso

Devolve R\$ 80 mil

O ex-prefeito Luciano Ducci (PSB), foi condenado a ressarcir quase R\$ 80 mil a prefeitura de Curitiba pelo uso do telemarketing e do site oficiais da administração municipal para promoção pessoal. O caso ocorreu em 2011, quando quatro vereadores da oposição de Ducci na época entraram com processo na Justiça. Em dezembro daquele ano, a veiculação das mensagens foi proibida judicialmente. Ducci pode recorrer da decisão divulgada ontem pela 7.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

De acordo com o advogado Gustavo Guedes, que ajuizou a ação, o entendimento foi que Ducci usou a estrutura da prefeitura para fazer promoção pessoal por meio do site oficial e por mensagens de telemarketing sobre ações da administração municipal, como o Metrô Curitiba, o Ligeirão e a Linha Verde. "O município informou os custos com telemarketing e, por isso, foi determinado o valor de R\$ 79.250 de ressarcimento", explicou.

Campanha

As mensagens por telemarketing e informações no site oficial da prefeitura que favoreceriam Ducci foram divulgadas um ano antes da campanha eleitoral de 2012, quando o ex-prefeito tentou a reeleição. Guedes ressaltou que Ducci terá 15 dias para recorrer da decisão, que é de primeira instância. O ex-prefeito informou que ainda não foi notificado e, quando for, tomará as providências necessárias.

Condenação

A 3.^a Vara da Fazenda Pública condenou o município de Curitiba e o areeiro João Amir Wosniak pela extração irregular de areia e argila em área de preservação permanente à margem direita do Rio Iguaçú, próximo à confluência com o Rio Despique, na região conhecida como "Casinha Armada". A decisão foi proferida com base em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente.

02 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Paraná é o estado que menos prende suspeitos

O Paraná lidera o ranking nacional de mandados de prisão não cumpridos. Segundo levantamento da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), baseado em dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), dos 268.358 mandados expedidos de junho de 2011 a 31 de janeiro de 2013, 192.611 ainda aguardam cumprimento em todo o País. Só no Paraná são 30.431 ordens pendentes, o que representa 15,79% do total nacional em aberto. Na sequência aparecem os estados de Minas Gerais (28.641) e Goiás (20.885).

Do total de mandados expedidos de junho de 2011 até dia 31 de janeiro, 65.160 foram cumpridos, ou seja, resultaram efetivamente em prisões, e 10.587 tiveram o cumprimento expirado. O Rio de Janeiro é o primeiro em quantidade de mandados de prisão cumpridos: 14.021. Na segunda posição aparece Pernambuco (7.031) e, em terceiro, Espírito Santo (6.370).

Público

O BNMP passou a ser alimentado a partir de junho de 2011, reunindo informações lançadas por tribunais estaduais e federais. A ideia é que todas as ordens de prisão emitidas no País sejam lançadas no sistema, podendo, assim, ser acessadas pela internet por membros de todos os órgãos envolvidos no tema (Polícias Cíveis, Polícias Militares, Polícia Federal, Ministério Público e órgãos do Judiciário). A consulta pública ao BNMP pode ser acessada pelo endereço www.cnj.jus.br/bnmp.

02 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Mais denúncias na UTI

Nova acusação contra a médica Virgínia Soares de Souza foi anexada ontem ao processo que apura as mortes de pacientes na UTI do Hospital Evangélico. Segundo uma ex-funcionária do hospital, a antiga diretora da unidade teria sido a responsável pela morte do próprio marido, ao desligar os aparelhos que o mantinham respirando. Virgínia é viúva do médico Nelson Mozachi, que a antecedeu na chefia da UTI do Evangélico. Ele faleceu em 2006, de câncer terminal.

A **Tribuna** teve acesso à denúncia, registrada em 24 de fevereiro de 2013. "Segundo denunciante trabalhou no Hospital e teria observado o procedimento da Dra. Virgínia. Teria eliminado vários pacientes do SUS para vagas de pacientes particulares. O dia que ela mandava lavar e fazer limpeza geral, podia saber, logo começava a descer cadáveres do quarto andar. A cada 15 minutos descia um corpo, num só dia, observou-se 8 corpos. Ela desligou o oxigênio do próprio marido que estava internado e veio a falecer", diz o documento.

Inquérito

No inquérito, Virgínia é investigada como suspeita de ter antecipado a morte de seis pacientes da UTI. Ela está em prisão preventiva desde 19 de fevereiro. As investigações são conduzidas pela delegada Paula Brisola, do Núcleo de Repressão de Crimes contra a Saúde (Nucrisa).

O advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, diz que sua cliente está com a consciência tranquila. "Tomara que a acusem da morte do marido. A relação dela com o marido foi uma história de vida, de amor. Vários médicos acompanharam o internamento dele e não há qualquer contestação", afirma.

Ontem, Assad protocolou no Conselho Regional de Medicina (CRM) cópias dos prontuários dos seis pacientes cujas mortes são investigadas, obtidos com ordem judicial. "Pedi ao Hospital Evangélico para comparar essas cópias com os prontuários originais, mas eles foram confiscados pela polícia. Isso é gravíssimo. A polícia errou mais uma vez na arrecadação das provas", denuncia.



Assad: "polícia errou".

Críticas oficiais

A Polícia Civil criticou a forma de divulgação do conteúdo do inquérito que apura mortes na UTI do Hospital Evangélico.

"O Departamento da Polícia Civil lamenta que pessoas que, em razão da profissão, possuem cópias dos autos de inquérito policial que apura mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral de um hospital de Curitiba, induzem os meios de comunicação divulgando em uma oportunidade a errata,

para posteriormente divulgar a verdade contida nos autos com o objetivo sórdido de denegrir a imagem da instituição policial civil e tumultuar o andamento das investigações", diz a nota. Segundo a Polícia Civil, "os autos estão sendo conduzidos dentro dos parâmetros legais com o acompanhamento do Ministério Público do Estado do Paraná e será entregue ao mesmo, devidamente concluído e dentro do prazo legal, na próxima segunda-feira (04/03)".

02 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Advogado suspeito de sonegação

A Justiça gaúcha determinou a prisão preventiva e o confisco de bens do advogado tributarista Luis Adriano Vargas Buchor, acusado pela polícia de causar rombo no fisco estadual superior a R\$ 150 milhões em esquema de sonegação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Buchor foi denunciado pelo Ministério Público (MP) depois de ser investigado por quase um ano pela polícia a partir de denúncias anônimas.

O juiz Mauro Caum Gonçalves, da 2ª Vara Criminal de Porto Alegre, acatou o pedido de prisão movido pelos promotores Fabiano Dallazen e Aureo Braga, da Promotoria de Combate aos Crimes Tributários. A operação foi batizada de "Crédito Fantasma". As contas bancárias e os investimentos de Buchor foram bloqueados pela Justiça. O falsário tinha R\$ 27 milhões aplicados no sistema financeiro. Também foram bloqueados bens que podem pertencer a ele.

Patrimônio

Foram apreendidos três carros importados (dois Porsche Cayenne e um Maserati) e um iate atracado no balneário de Jurerê Internacional, Santa Catarina, avaliado em R\$ 5 milhões. A Justiça listou ainda uma cobertura na mesma praia, avaliada em R\$ 3 milhões, e um apartamento no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, com valor de mercado de R\$ 5,5 milhões. No total, os bens ligados a Buchor foram avaliados em R\$ 13 milhões. Os veículos e imóveis estão em nome de terceiros.

Buchor, segundo a denúncia do MP, seria especialista em falsificação. De posse dos documentos adulterados, o falsário gerava créditos inexistentes a empresas e permitia a redução - ou até isenção - de impostos e de taxas. De acordo com a polícia, o advogado embolsava 30% de todos os ganhos gerados pelo esquema. Cerca de R\$ 40 milhões em sonegação de impostos já foram comprovados pela Receita.

04 MAR 2013

METRO

'Ela vai brigar para provar inocência', diz filho de médica

Defesa. Segundo jovem, 'calúnias acabaram com a carreira dela'.

Virgínia e outros três médicos da UTI do Evangélico continuam presos

O filho da médica, Virgínia, Leonardo Prisco de Souza Marcelino, nega que a mãe tenha antecipado a morte de pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) para liberar leitos na UTI do Hospital Evangélico, como denunciam funcionários e ex-funcionários. "Ela não enriqueceu e não ganharia mais dinheiro com isso", disse em entrevista ao **Metro**.

Ele garante que a mãe é inocente e que estão tentando atingi-la de maneira pessoal. "Ela é muito conhecida por ser dura e ter um temperamento forte. A minha pergunta é: alguém merece ser condenado por causa do temperamento?", questiona.

Leonardo conta que ao visitar a mãe pela primeira vez na prisão, ela disse que não se arrependia de nada do que tinha feito ao longo dos 30 anos de profissão. "Ela vai brigar para provar inocência. São calúnias que acabaram com a carreira dela. Não há provas", comentou Leonardo.

Com relação à acusação feita por uma ex-funcionária de que Virgínia teria desligado o oxigênio que mantinha vivo o próprio marido que estava internado no hospital, vítima de câncer, o filho diz que ela o sustentou durante os seis anos em que esteve doente.

Outros envolvidos

O advogado Jefferson Heder dos Reis, que defende a enfermeira Laís da Rosa Groff, entrou com o pedido de habeas corpus na última sexta-feira. Segundo ele, no inquérito não é possível identificar a pessoa que conversa com a médica Virgínia nas interceptações telefônicas. Mas mesmo assim, são atribuídas a Laís. "Não existe uma prova material que coloque Laís naquela interlocução", afirma.

A defesa de Maria Israela Cortez Boccato também já entrou com um pedido de habeas corpus, mas preferiu não se pronunciar.

Os advogados dos médicos Anderson de Freitas e Edison Anselmo da Silva Júnior não foram encontrados para comentar o caso.

Evangélico. Inquérito será entregue hoje ao MP

A Polícia Civil concluiu o inquérito que investiga a suposta antecipação de mortes na UTI do Hospital Evangélico, que seria comandada pela médica Virgínia Soares de Souza. Hoje, todo o material será entregue ao MP-PR (Ministério Público do Paraná).

Além de Virgínia, continuam presos três médicos anestesistas e uma enfermeira do setor.

Por meio de nota, a Sociedade Brasileira de Anestesiologia afirmou que repudia a forma com que os médicos anesthesiologistas Anderson de Freitas, Edison Anselmo da Silva Júnior e Maria Israela Cortez Boccato, "foram e estão sendo expostos".

A nota informou também que a Sociedade nunca recebeu acusação alguma quanto à conduta desses médicos.

METRO 04 MAR 2013

Bruno retoma julgamento hoje

Retomada. Após 971 dias atrás das grades, ex-goleiro retorna diante de júri popular e deve encarar novos elementos, como entrevista do primo e testemunha surpresa

O ex-goleiro Bruno Fernandes, 28 anos, retorna hoje ao Fórum de Contagem, em Belo Horizonte, para ser julgado pela morte da ex-amante, Eliza Samudio, 24 anos. Com processo desmembrado desde novembro do ano passado, a defesa do goleiro terá que enfrentar, em plenário, novos elementos que surgiram e que podem complicar a situação do réu.

Bruno teria mandado sequestrar a ex-amante, levá-la para seu sítio em Esmeraldas (MG) e matá-la. Sua ex-mulher, Dayanne Rodrigues, também se senta no banco dos réus para ser julgada pelos crimes de sequestro e cárcere privado de Bruninho, filho do jogador com a ex-amante.

Entre os pontos que podem ser explorados no julgamento, estão o atestado de óbito de Eliza Samudio, expedido pela Justiça a pedido da juíza Marixa Rodrigues. A promotoria deve explorar ainda o fato de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, já ter sido condenado e ter afirmado, em juízo, que Bruno foi o mandante do crime. Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão por participação no crime.

Apesar de ser considerado uma testemunha dúbia, o primo de Bruno, Jorge Luiz Rosa, em entrevista recente, juntada ao processo, deu a entender que o goleiro sabia que a ex-amante seria morta.

Além disso, uma testemunha surpresa da acusação e a inclusão de um inquérito paralelo aos autos, que indica a participação de mais dois policiais na morte de Eliza, prometem tornar o julgamento ainda mais complexo.

Até hoje, o corpo de Eliza não foi achado.